

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**REBECA ARMBRUST FREITAS**

**CONSELHO FISCAL E DUALIDADE DE CEO:  
Uma análise sobre as práticas de Governança Corporativa das empresas  
listadas na B3**

**São Leopoldo  
2018**

REBECA ARMBRUST FREITAS

**CONSELHO FISCAL E DUALIDADE DE CEO:  
Uma análise sobre as práticas de Governança Corporativa das empresas  
listadas na B3**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis, pelo Curso de  
Ciências Contábeis da Universidade do  
Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Kronbauer

São Leopoldo

2018

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu esposo, que esteve ao meu lado durante toda a execução deste trabalho, nos bons e maus momentos.

A minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus colegas de trabalho que contribuíram direta ou indiretamente nesta caminhada.

Ao meu orientador, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar as empresas listadas nos segmentos especiais de listagem da Brasil Bolsa Balcão (B3) quanto à aderência às boas práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, descritiva, de natureza aplicada, com procedimento técnico documental. Os dados foram extraídos dos formulários de referência (FR) publicados no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A análise baseou-se na observação de ocorrências de dualidade de *Chief Executive Officer (CEO)*, situações de conflitos de interesses e existência de conselho fiscal. Os resultados dos segmentos especiais de listagem mostraram aderência às boas práticas de governança corporativa relacionadas à vedação de acúmulo de cargos pelo *CEO*. No segmento Novo Mercado (NM) identificou-se três ocorrências de dualidade, sendo apenas uma sem as devidas explicações e, conseqüentemente, não aderente. Observou-se situações de conflitos de interesses entre o cargo de diretor presidente e o presidente do conselho de administração (CA), que podem vir a comprometer a independência das funções fiscalizadoras do conselho. Não se identificou relação entre a inexistência de conselho fiscal e as situações de conflitos de interesse.

**Palavras-chave:** Governança Corporativa. Dualidade de *CEO*. Conselho de Administração. Conselho Fiscal. Formulário de Referência.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de empresas por segmento de listagem .....	27
Gráfico 2 - Dualidade de <i>CEO</i> - Bovespa Mais .....	32
Gráfico 3 - Dualidade de <i>CEO</i> – Tradicional .....	32
Gráfico 4 - Dualidade de <i>CEO</i> – Nível 1 .....	33
Gráfico 5 - Dualidade de <i>CEO</i> – Nível 2 .....	34
Gráfico 6 - Dualidade de <i>CEO</i> – Novo Mercado .....	35

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo dos segmentos de listagem da B3.....	19
Quadro 2 - Situações de conflito de interesses – Nível 1 .....	33
Quadro 3 - Situações de conflito de interesses – Nível 2 .....	34
Quadro 4 - Situações de conflito de interesses – Novo Mercado .....	35
Quadro 5 – Dualidade de <i>CEO</i> – Novo Mercado .....	36
Quadro 6 – Dualidade de <i>CEO</i> - Explicações de caráter obrigatório.....	37

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contagem de empresas em cada setor de atuação .....	27
Tabela 2 - Setor de atuação .....	28
Tabela 3 - Controle acionário .....	28
Tabela 4 - Concentração de capital .....	29
Tabela 5 - Ativo Total .....	29
Tabela 6 - Conselho Fiscal.....	30
Tabela 7 - Dualidade de <i>CEO</i> e conflitos de interesses.....	30

## LISTA DE SIGLAS

B3	Brasil Bolsa Balcão
BM&FBovespa	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
CA	Conselho de administração
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
FR	Formulários de referência
GC	Governança corporativa
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
N1	Nível 1
N2	Nível 2
NM	Novo Mercado



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1 TEMA .....	11
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	11
1.3 OBJETIVOS .....	11
<b>1.3.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>11</b>
<b>1.3.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>11</b>
1.4 JUSTIFICATIVA .....	12
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>13</b>
2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	13
<b>2.1.1 Conceito</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1.2 O contexto da governança corporativa no Brasil</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1.3 O IBGC</b> .....	<b>15</b>
2.2 OS NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA B3 .....	18
2.3 O CONSELHO FISCAL .....	20
2.4 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E O CEO .....	21
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>23</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	23
<b>3.1.1 Quanto à natureza</b> .....	<b>23</b>
<b>3.1.2 Quanto à forma de abordagem do problema</b> .....	<b>23</b>
<b>3.1.3 Quanto ao objetivo</b> .....	<b>23</b>
<b>3.1.4 Quanto ao procedimento técnico</b> .....	<b>24</b>
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	24
3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS .....	24
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	25
3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO .....	26
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>27</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA .....	27
4.2 DUALIDADE DE CEO, CONFLITO DE INTERESSE E CONSELHO FISCAL ...	31
<b>4.2.1 Segmentos básicos</b> .....	<b>31</b>
<b>4.2.2 Segmentos especiais</b> .....	<b>33</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO</b> .....	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>41</b>

<b>APÊNDICE A – BASE DE DADOS DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3 .....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE B – RAZÃO SOCIAL DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos anos 1990 a economia brasileira passou por inúmeras transformações, como processos de privatização, abertura da economia para companhias estrangeiras e crescente entrada de empresas nacionais no mercado de capitais, promovendo a separação dos papéis do proprietário e do gestor nas grandes empresas. Tais eventos ressaltaram a importância do mecanismo de governança corporativa e práticas que contribuam com a transparência das corporações. (SILVEIRA, 2002).

Uma boa governança corporativa (GC) tem como finalidade a probabilidade do aumento do valor da empresa a longo prazo e, para que isso seja possível, é necessário que exista confiança entre as partes e alinhamento entre os interesses dos sócios e os da diretoria. (CVM, 2002). Conforme Silveira (indireta, 2002), a importância do tema é crescente e necessita que a disseminação seja feita de forma que ressalte os benefícios de uma boa governança corporativa inclusive que, hipoteticamente, tais práticas podem afetar o valor da companhia.

Com o objetivo de aumentar o grau de segurança dos investidores e promover melhorias contínuas na qualidade das informações divulgadas pelas empresas, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) desenvolveu os segmentos de listagem conforme índices diferenciados de governança corporativa. O impacto destas movimentações seria um cenário positivo em todos os aspectos do mercado de capitais. (VIEIRA; MENDES, 2004).

A adesão aos segmentos especiais de listagem é voluntária, e os níveis de exigência de boas práticas de GC são diferentes e escalonados. Esta diferenciação visa dar destaque para empresas que demonstram transparência e possuem uma boa governança corporativa. Dentre as exigências destes segmentos, destaca-se a segregação dos cargos de diretor presidente, principal executivo da companhia, e do presidente do conselho de administração, considerado o principal mecanismo para reduzir os custos de agência. (SILVEIRA, 2002).

Diante disto, se buscou responder à seguinte pergunta de pesquisa: As empresas listadas nos segmentos especiais da Bovespa atendem as orientações de boas práticas de governança corporativa no que tange a presença de conselho fiscal e a inexistência de dualidade de CEO?

## 1.1 TEMA

A aderência às boas práticas de governança corporativa das empresas de capital aberto listadas na B3, tomando-se como base a presença do conselho fiscal e a segregação de funções do *CEO* e do presidente do conselho de administração.

## 1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A pesquisa delimitou-se em analisar empresas listadas em algum nível de governança corporativa na B3 e que submeteram formulário de referência em 2018 com informações financeiras do ano base 2017. Foram coletadas informações sobre a existência do conselho fiscal e a segregação das funções do *CEO* e do presidente do CA, inclusive situações de conflitos de interesses que não são vedados pelas regras da B3.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral neste estudo foi responder se as empresas listadas nos segmentos especiais da Bovespa atendem as orientações de boas práticas de governança corporativa no que tange a presença de conselho fiscal e a inexistência de dualidade de *CEO*.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) verificar a presença do conselho fiscal e a existência de dualidade de *CEO*;
- b) identificar as empresas que apresentam evidências de conflito de interesses entre a função do *CEO* e do presidente do conselho de administração;

- c) caracterizar as empresas não aderentes às boas práticas de GC;
- d) analisar se os casos de dualidade de *CEO* foram devidamente divulgados.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

Com o estímulo promovido pela B3 e o incentivo, tanto do IBGC quanto da CVM, o tema governança corporativa passou a ser popular entre empresas, investidores e a acadêmica. A movimentação de empresas aderindo aos níveis diferenciados de GC da B3, especialmente ao Novo Mercado, evidenciou a importância da transparência e conformidade nas práticas empresariais.

Os estudos sobre este assunto se justificam por contribuir com a disseminação de mecanismos que contribuam para a geração de valor para a empresa, levando em consideração que entre as companhias existem aquelas que se diferenciam por possuir uma "boa governança corporativa". (SILVEIRA, 2004).

Inicialmente, o estudo mostra-se relevante para a autora, pelo interesse no tema e no mercado de capitais. Para o meio acadêmico, pela amostra abranger todas as empresas listadas na B3, o que ainda é pouco explorado. Aos investidores, para que possa ser utilizada como ferramenta na tomada de decisões.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentados assuntos chave para o estudo e conclusão do problema de pesquisa proposto. Iniciou-se com o conceito de governança corporativa e o contexto no Brasil, que ganha força com a fundação do IBGC e, posteriormente, com a publicação do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa. Na sequência, apresenta-se a B3, os segmentos diferenciados de listagem e aprofunda-se os estudos sobre o papel do conselho fiscal, conselho de administração e do *CEO*, que são os assuntos chave desta pesquisa.

### 2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos anos 1950, devido ao cenário favorável para a entrada de capitais estrangeiros no Brasil, ao desenvolvimento e à expansão econômica, as empresas passaram por inúmeras transformações, inclusive no modelo de financiamento e separação de propriedade e gestão. (FONTES FILHO, 2003). Além da crescente competitividade, o país contou com ações institucionais e governamentais para melhorar as práticas de GC, como por exemplo, a criação do IBGC, a promulgação das novas leis das Sociedades Anônimas e os segmentos especiais da B3. (SILVEIRA, 2002).

#### 2.1.1 Conceito

Conforme o IBGC, a governança corporativa surgiu para superar o conflito de agência, que é a falta de congruência quanto ao que os acionistas (proprietários) e administradores entendem como sendo melhor para a companhia.

A CVM (2002, p.1), define que:

Governança corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A análise das práticas de governança corporativa aplicada ao mercado de capitais envolve, principalmente: transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Existem diversos conceitos para explicar a governança corporativa, Freitas *et al.* (2008, p.103) define como “[...] estrutura de poder pela qual as corporações ou

organizações são dirigidas, monitoradas ou controladas, e que, para tanto, deve especificar os direitos e as responsabilidades entre os diversos atores envolvidos na geração de valor.”

Para o IBGC (2015, p.20):

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

A adoção de boas práticas ligadas à governança corporativa gera benefícios para as empresas, podemos citar que:

Existem dois potenciais benefícios principais que a boa governança pode acarretar às empresas: os benefícios externos, associados à maior facilidade de captação de recursos e à redução do custo de capital; e os benefícios internos, vinculados ao aprimoramento do processo decisório na alta gestão. (SILVEIRA, 2010, p. 7).

Conforme a cartilha da CVM (2002), a adoção das práticas de governança corporativa auxilia os potenciais investidores no processo de decisão. Empresas que adotam os princípios básicos de governança corporativa demonstram transparência, segurança e baixo risco, tornando-se atrativas para investidores. Conforme Vieiras e Mendes (2004, p. 117) “a governança corporativa proporciona aos credores maior credibilidade nos resultados da empresa e os acionistas tornam-se mais propensos a investir, uma vez que o risco de manipulações por grupos específicos é reduzido.”

Os princípios básicos, conforme o IBGC (2015, p. 20), são:

- **Transparência:** Consiste no desejo de disponibilizar, para as partes interessadas, as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que condizem à preservação e à otimização do valor da organização.
- **Equidade:** Caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.
- **Prestação de Contas (*accountability*):** Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.
- **Responsabilidade Corporativa:** Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as

positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc.) no curto, médio e longo prazos.

Estes princípios, quando adotados de forma adequada, promovem relações de confiança tanto no ambiente interno quanto na relação com terceiros. (IBGC, 2015).

### **2.1.2 O contexto da governança corporativa no Brasil**

Devido ao esgotamento iminente das fontes de financiamento tradicionais na década de 1980, as empresas brasileiras passaram a buscar recursos no exterior e, conseqüentemente, exigiu práticas transparentes e modernas de governança corporativa, afim de atender as expectativas dos investidores estrangeiros e reduzir incertezas. (ÁLVARES; GIACOMETTI; GUSSO, 2008).

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, o Brasil apresentava problemas de ordem econômica e insegurança jurídica motivada pela primeira eleição direta após o período do Regime Militar, em 1988. Neste período, as empresas investiram em boas práticas de governança corporativa e estrutura interna, mas o cenário macroeconômico não era favorável. (FREITAS, et al., 2018).

Neste ambiente econômico e de globalização iminente, nos anos 1990, ocorreu o desenvolvimento da governança corporativa no Brasil. Em 1995 foi fundado o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA) que, em 1999, veio a ser chamado de Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), devido à inserção de regras sobre auditoria independente, propriedade, diretoria e conselho fiscal (HERBERT, 2003). Também neste ano, o IBGC publicou o primeiro Código de Boas Práticas, focado no conselho de administração, que veio a ser um agente de popularização do assunto e possibilitou a implementação em diversas empresas. (IBGC, 2009).

### **2.1.3 O IBGC**

No início dos anos 2000, entre tantas movimentações da economia e o grande número de empresas abrindo capital na bolsa de valores, um acontecimento relevante foi a constituição dos níveis de segmentos especiais da Bovespa, de acordo com o grau de governança corporativa das empresas listadas: Nível 1 (N1),



Nível 2 (N2) e NM. (VIEIRA; MENDES, 2004). Tais fatores evidenciaram a necessidade da elaboração de um manual contendo instruções de todos os assuntos que tangem as boas práticas de governança e assim, a partir de 2009, o Código das Melhores Práticas passou a ser dividido em seis capítulos: sócios; conselho de administração; gestão; auditoria independente; conselho fiscal e conduta e conflitos de interesse. (IBGC, 2009).

Para aprofundar os assuntos relevantes ao objeto de estudo proposto, tomou-se como base a 5ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, publicado em 2015. Nesta edição os capítulos foram redistribuídos para atender às necessidades do cenário atual. São eles: sócios; conselho de administração; órgãos de fiscalização e controle; diretoria e conduta e conflitos de interesses. (IBGC, 2015).

O primeiro capítulo da 5ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2015) apresenta o conceito “uma ação, um voto”, isto é, o direito ao voto é garantido a todos os sócios. No mesmo capítulo são discutidos temas relevantes sobre o assunto, como, por exemplo, mediação e arbitragem entre principal e agente, acordos entre sócios, conselho de família, política de dividendos e liquidez de títulos. Um ponto importante abordado neste capítulo, a assembleia geral/reunião de sócios é a sessão absoluta da companhia (RODRIGUES, 2015), “É o órgão de participação direta pelo qual os sócios tratam das grandes decisões da organização” (IBGC, 2015, p. 28). Conforme o IBGC (2015), é na assembleia dos acionistas que ocorre a indicação de candidatos para o conselho fiscal, assim como para o conselho de administração.

O conselho de administração é o assunto do segundo capítulo do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2015, p. 39) que define:

O conselho de administração é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico. Ele exerce o papel de guardião dos princípios, valores, objeto social e sistema de governança da organização, sendo seu principal componente.

Compete ao conselho de administração zelar pelo patrimônio da companhia e potencializar o retorno do capital dos acionistas. (RODRIGUES, 2015). O capítulo apresenta, entre outros assuntos, as práticas para avaliação do diretor presidente

(CEO), da diretoria executiva e o relacionamento com as partes interessadas, tendo em vista eficácia e transparência. (IBGC, 2015).

O IBGC (2015) orienta que deve ser evitado o acúmulo das funções de presidente do conselho de administração e diretor-presidente da companhia pela mesma pessoa, para que não ocorra conflitos de interesses no que tange o dever do conselho de monitorar a diretoria. Também recomenda que seja evitada eleição de membros internos, sendo composto por apenas por membros independentes e externos, visando à independência do conselho.

A diretoria é a parte responsável pela gestão da companhia e deve garantir meios para esta alcançar seu objeto e função social. (IBGC, 2015). Conforme o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2015, p. 70), “O diretor-presidente é responsável pela liderança da diretoria. Cabe a ele atuar como elo entre a diretoria e o conselho de administração.”. O terceiro capítulo do código (IBGC, 2015) discorre sobre as prerrogativas e práticas adequadas para o cumprimento dos deveres da diretoria, incluindo disseminação da cultura organizacional e criação de procedimentos e normas afim de garantir boas práticas de controles internos. Também orienta sobre o dever de definir com clareza e objetividade as responsabilidades, poderes, atribuições da diretoria e que seu papel deve ser desempenhado com elevado nível de transparência para contribuir positivamente com a imagem da empresa e dos seus administradores.

No quarto capítulo são apresentadas orientações de práticas direcionadas para o comitê de auditoria, órgão que não é exigido pela CVM para empresas que negociam títulos na bolsa, porém o Instituto recomenda fortemente a adoção desta prática, visto que é um mecanismo eficaz para minimizar os custos de agência. (FURUTA; SANTOS, 2010). Conforme o IBGC (2015), o comitê de auditoria auxilia o conselho de administração no controle de qualidade das demonstrações financeiras e efetividade dos controles, com o objetivo de garantir confiabilidade e equidade das informações. Quando instalado, cabe ao comitê de auditoria recomendar a contratação ou substituição do auditor independente, outro órgão relevante para a companhia e recomendado no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (IBGC, 2015). Outro órgão importante, recomendado pelo IBGC, é a auditoria interna, que objetiva o aperfeiçoamento dos controles internos. (IBGC, 2015).

Ainda no mesmo capítulo são abordadas questões sobre o conselho fiscal, o qual tem objetivo de preservar o valor da organização. (IBGC, 2015). Conforme Tinoco, Escuder e Toshitake (2011, p. 184) “O conselho fiscal presta contas aos acionistas, da sua fiscalização dos atos da diretoria executiva e do conselho de administração e oferece sua opinião quanto aos demonstrativos financeiros examinados pelo auditor externo”. Conforme o IBGC (2015), o conselho fiscal não substitui o comitê de auditoria, pois as funções e objetivos são diferentes. O comitê de auditoria é um órgão de controle que se reporta ao conselho de administração e o conselho fiscal é um mecanismo de fiscalização eleito pelos sócios que não deve subordinação ao conselho de administração. (IBGC, 2015).

O último capítulo trata sobre código de conduta e conflito de interesses. “A criação e o cumprimento de um código de conduta elevam o nível de confiança interno e externo na organização e, como resultado, o valor de dois de seus ativos mais importantes: sua reputação e sua imagem.” (IBGC, 2015, p. 93). Além da criação do código de conduta, são orientadas práticas como disponibilização de um canal de denúncias, zelo pela inexistência de conflitos de interesses, uso de informações privilegiadas e política de prevenção e constatação de práticas ilícitas, entre outras não menos importantes. (IBGC, 2015).

## 2.2 OS NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA B3

A B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão é a bolsa de valores oficial do Brasil e uma das maiores do mundo em valor de mercado. Foi criada em março de 2017, após a fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) com a CETIP S.A. - Mercados Organizados, e atualmente é a única empresa de infraestrutura para o mercado financeiro em operação no país, conforme descrito no perfil e histórico disponível no site da B3 (2018).

Em dezembro de 2000 a Bovespa implantou o NM, um segmento especial de listagem, criado com objetivo de estimular as empresas para a adoção de práticas de GC, assim, valorizando as companhias e fomentando o interesse dos investidores. (B3, 2018). De acordo com a BM&FBovespa, os segmentos especiais da B3 são regidos por normas rígidas e diferenciadas de governança corporativa e foram criados devido à percepção de que havia necessidade da existência de segmentos adequados aos perfis das empresas. [2018?]. Os segmentos especiais

de listagem são: NM; N2 e N1. Além destes, há o Segmento Tradicional, Bovespa Mais e Bovespa Mais Nível 2; que não exigem regras diferenciadas de governança corporativa. (B3, 2018).

O quadro a seguir apresenta as exigências dos segmentos de listagem da B3 e as principais diferenças entre eles, conforme informações disponíveis no site da BM&FBovespa.

Quadro 1 - Comparativo dos segmentos de listagem da B3

	Bovespa Mais	Bovespa Mais Nível 2	Novo Mercado	Nível 2	Nível 1	Tradicional
Características das ações emitidas	Somente ações Ordinárias	Ações Ordinárias e Preferenciais	Somente ações Ordinárias	Ações Ordinárias e Preferenciais (com direitos adicionais)	Ações Ordinárias e Preferenciais (conforme legislação)	
Vedação a disposições estatutárias	Quórum qualificado e "cláusulas pétreas"		Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"		Não há regra específica	
Composição do conselho de administração	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos		Mínimo de 3 membros (conforme legislação), dos quais, pelo menos, 2 ou 20% (o que for maior) devem ser independentes, com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação)
Vedação à acumulação de cargos	Não há regra específica		Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa. Em caso de vacância que culmine em acumulação de cargos, são obrigatórias determinadas divulgações.			Não há regra específica
Obrigações do Conselho de Administração	Não há regra específica		Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações de emissão da companhia (com conteúdo mínimo, incluindo alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado)	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações de emissão da companhia (com conteúdo mínimo)	Não há regra específica	
Informações em inglês, simultâneas à divulgação em português	Não há regra específica		Fatos relevantes, informações sobre proventos (aviso aos acionistas ou comunicado ao mercado) e <i>press release</i> de resultados	Não há regra específica, além das DFs (vide item acima)	Não há regra específica	
Comitê de Auditoria	Facultativo		Obrigatória a instalação de comitê de auditoria, estatutário ou não estatutário, que deve atender aos requisitos indicados no regulamento: composição e atribuições	Facultativo		
Auditoria interna	Facultativa		Obrigatória a existência de área de auditoria interna que deve atender aos requisitos indicados no regulamento	Facultativa		
Compliance	Facultativo		Obrigatória a implementação de funções de <i>compliance</i> , controles internos e riscos corporativos, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais	Facultativo		

Fonte: BM&FBovespa

Desde a criação do segmento NM, este se tornou o padrão exigido pelos investidores para novas empresas que desejam abrir capital e possui o mais elevado nível de GC. Neste segmento as empresas listadas podem emitir apenas ações ordinárias, assim chamadas as ações com direito a voto. (B3, 2018). O segmento de listagem N2 é similar ao Novo Mercado, mas as empresas têm direito de manter ações preferenciais, que não concedem direito a voto. Já no N1 estão listadas empresas que adotam práticas que proporcionem transparência e permitam aos investidores acesso às informações, porém, ainda necessitam evoluir na aplicação de boas práticas de GC. Nos três níveis é vedada a acumulação de cargos, o seja, a dualidade de *CEO*. Para o NM é obrigatório comitê de auditoria, auditoria interna e *compliance* – agir de acordo com as regras. Para os Níveis 2 e 1, isso é facultativo. (B3, 2018).

O segmento Bovespa Mais visa ao desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. (B3, 2018). Enquadram-se nestes segmentos empresas que desejam acessar o mercado de forma gradativa. Esta estratégia permite que a empresa se prepare no que tange à transparência e aos padrões de GC. O Bovespa Mais Nível 2 é semelhante ao anterior, porém permite ações preferenciais, que não concedem direito a voto. Não há regra específica sobre dualidade de *CEO* em ambos os níveis. (B3, 2018).

### 2.3 O CONSELHO FISCAL

Ao conselho fiscal compete a missão de controlar as ações dos administradores e apurar o cumprimento dos seus encargos legais e estatutários, bem como reportar aos órgãos de administração. Em caso de omissão deste, o conselho deve se reportar à assembleia geral. (ANDRADE; ROSSETI, 2014). A aprovação de políticas da companhia não compete ao conselho fiscal, porém este deve estar bem informado para cumprir sua função fiscalizadora. (IBGC, 2007).

Conforme o IBGC (2015), o conselho fiscal integra o sistema de governança corporativa e é instalado por decisão da assembleia geral, ou seja, a pedido dos acionistas, podendo ser permanente ou não. Conforme orientado pela CVM (2002), deverá ter de três a cinco membros. Nesse caso, tanto os detentores de ações preferenciais quanto de ordinárias têm igual direito a voto, podendo eleger tantos membros quanto o controlador.

A finalidade do conselho fiscal, conforme o IBGC (2007, p.9), é:

Assegurar aos proprietários que a sociedade atenda aos seus objetivos explicitados no contrato/estatuto social, dentro dos princípios da ética, equidade e transparência; proteger o patrimônio e a rentabilidade dos acionistas; e proporcionar maior segurança aos fornecedores de recursos para tomar decisões de alocação de capital.

No que tange o relacionamento do conselho fiscal com a auditoria externa, os auditores devem estar disponíveis para fornecer informações relacionadas aos seus pareceres, assim como estarem presentes nas reuniões do conselho sempre que solicitado. (IBGC, 2015). A administração tem o dever de fornecer os relatórios emitidos por auditores independentes e não pode interferir na comunicação entre estes e os conselheiros fiscais. (IBGC, 2015). "O conselho fiscal deve adotar um regimento com procedimentos sobre suas atribuições, com foco no relacionamento com o auditor, e que não limite a atuação individual de nenhum conselheiro" (CVM, 2002, p.1).

O IBGC (2007) apresenta alguns fatores determinantes para a eficácia do conselho fiscal, entre estes se destacam: ao menos um membro qualificado em contabilidade e finanças, aderência da empresa às boas práticas de governança corporativa, pró-atividade da empresa em disseminar conhecimentos para o conselheiro executar sua função, pró-atividade do conselheiro na busca por informações pertinentes e relevantes para suas concepções, independência do conselheiro, no que tange tanto a administração da empresa quanto aos acionistas que o elegeram e transparência da empresa para com o conselheiro.

#### 2.4 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E O CEO

O diretor-presidente, ou *CEO*, é o responsável pela gestão da companhia e liderança da diretoria, sendo responsável pela conexão desta com o conselho de administração. Seu objetivo é garantir meios para que esta alcance seu objeto e função social. (IBGC, 2015).

Cabe ao conselho de administração fiscalizar a diretoria, sendo agente de relação entre esta e os sócios, além de decidir metas do negócio, conduzindo-o conforme o melhor interesse da organização. (IBGC, 2015). O CA atua em prol do patrimônio da empresa, buscando atingir o objeto social e orientar a diretoria para

alcançar a otimização de retorno dos investimentos. (CVM, 2002). No que tange à independência do órgão, cabe dizer que "Todos os conselheiros, uma vez eleitos, têm responsabilidade para com a organização, independentemente do sócio, grupo acionário, administrador ou parte interessada que o tenha indicado para o cargo." (IBGC, 2015, p. 44). Diante do exposto, entende-se que uma das principais funções do CA é monitorar a diretoria executiva e que, para o cumprimento de tal obrigação, e é necessário que as ações deste órgão sejam desempenhadas com total independência.

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa recomenda a segregação de funções de *CEO* e presidentes do conselho, como meio de atingir independência e preservação dos interesses da empresa e dos sócios:

Para que não haja concentração de poder e prejuízo ao dever de supervisão do conselho em relação à diretoria, o acúmulo das funções de presidente e diretor-presidente por uma mesma pessoa deve ser evitado. O diretor-presidente não deve ser membro do conselho de administração, mas deve participar das reuniões como convidado. IBGC (2015, p. 49).

A CVM também defende que os cargos de *CEO* e presidente do conselho de administração sejam executados por pessoas diferentes:

O conselho de administração fiscaliza a gestão dos diretores. Por conseguinte, para evitar conflitos de interesses, o presidente do conselho de administração não deve ser também presidente da diretoria ou seu executivo principal. (CVM, 2002 p. 5).

Diante do exposto, entende-se que, ao ocupar ambos os cargos, o diretor presidente não conseguiria separar os seus objetivos pessoais e os da empresa. Desta forma, ocorre uma situação de conflito de agência, onde os interesses da gestão não estão de acordo com os dos acionistas, demonstrando baixa aderência às boas práticas de governança corporativa. Chama-se o acúmulo destas funções de dualidade de *CEO*. (MOSER; SILVA; OLIVEIRA, 2017).

### **3 METODOLOGIA**

Metodologia para Andrade (2010, p. 117) “é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento.”. Apresenta-se a seguir o detalhamento dos passos necessários para o desenvolvimento da pesquisa proposta.

#### **3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

Conforme Gil (2017) a possibilidade de determinar especificação da pesquisa confere ao pesquisador mais racionalidade nas etapas de exceção do projeto e esta classificação pode ser feita por diferentes meios. Classificou-se esta pesquisa pela natureza, forma de abordagem, objetivo e procedimento técnico adotado.

##### **3.1.1 Quanto à natureza**

Quanto a natureza, enquadra-se como aplicada. Segundo Gil (2017, p. 25) são classificadas como aplicadas “Pesquisas voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica.”.

##### **3.1.2 Quanto à forma de abordagem do problema**

Esta pesquisa enquadra-se como quantitativa, visto que as informações coletadas foram analisadas em números de ocorrências. Conforme Ott (2012, p. 67) “Na pesquisa quantitativa, considera-se que tudo pode ser quantificado, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.”.

##### **3.1.3 Quanto ao objetivo**

Se caracteriza como descritiva, pois, conforme Andrade (2002), este método baseia-se em observar os fatos, compilar, analisar, organizar e interpretar sem interferir neles.



### 3.1.4 Quanto ao procedimento técnico

Quanto ao procedimento técnico adotou-se a pesquisa documental, pois os dados foram extraídos de arquivos públicos, disponíveis no site da CVM. Conforme Gil (2017, p. 60) "As fontes documentais clássicas são: os arquivos públicos e documentos oficiais, a imprensa e os arquivos privados (de igrejas, empresas, associações de classe, partidos políticos, sindicatos, associações científicas etc.)".

## 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Conforme Ott (2012, p. 64) "Entende-se por população o conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas) que possuem características que serão objeto de estudo.". A população deste estudo foi composta pelas empresas de capital aberto listadas na B3.

Ainda conforme Ott (2012, p. 65), "A amostra ou população amostral consiste em parte da população (universo) que é escolhida por algum critério de representatividade.". Assim, a amostra foi constituída pelas empresas que divulgaram formulário de referência do ano base 2017.

## 3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Foram identificadas e classificadas as empresas listadas nos segmentos especiais de listagem da B3, N1, N2 e NM, assim como nos segmentos Tradicional, Bovespa Mais e Bovespa Mais Nível 2. Estes dados encontram-se disponíveis no site da BM&FBovespa e podem ser acessados pela página de segmentos de listagem. Tomou-se esta classificação como base para categorizar as demais informações.

Inicialmente buscou-se responder à questão da existência de conselho fiscal, podendo ser sim, não ou não permanente. Posteriormente foram quantificadas de acordo com o número de ocorrências e discriminadas por segmento de listagem.

Inicialmente era esperado que a resposta à questão de existência de dualidade de *CEO* pudesse seguir o caráter binário entre sim ou não. Ao iniciar a coleta dos dados e analisar com profundidade as informações entre os cargos de Diretor Presidente e Presidente do CA, observou-se a necessidade de expandir a

classificação e detalhar as relações. Posteriormente os dados coletados foram quantificados de acordo com o número de ocorrências e segregadas por segmento de listagem.

O passo seguinte foi selecionar características relevantes para contextualizar a amostra. Optou-se pelo setor de atuação, o controle acionário, a concentração de capital pelo controlador e o valor de ativo total. As respostas para estas questões também foram quantificadas conforme o número de ocorrências e discriminadas por segmento de listagem.

Os dados referentes ao setor de atuação foram extraídos do site da BM&FBovespa. Os demais dados foram extraídos dos formulários de referência submetidos em 2018 com informações financeiras do ano base 2017 e formulários cadastrais, que encontram-se disponíveis no site da CVM, na área de Consulta de Documentos de Companhias Abertas e, de acordo com Instrução CVM nº 480 de Dezembro de 2009, capítulo III, seção I, Art. 21, a divulgação periódica deste formulário é obrigatória para as empresas emissoras de valores mobiliários.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados qualitativos e descritivos extraídos dos formulários de referência submetidos em 2018 com informações financeiras do ano base 2017 foram dispostos em planilha eletrônica, conforme observa-se no Apêndice A. Na sequência foram quantificados e tratados por meio de tabelas e gráficos de percentuais.

A partir da identificação das ocorrências de dualidade de *CEO* e demais evidências de conflitos de interesse, caracterizadas pela relação de parentesco e o diretor presidente ocupando cargo de vice-presidente do CA, caracterizou-se os perfis das respectivas empresas.

Buscou-se aprofundar o estudo da dualidade de *CEO* analisando e apresentando o motivo da acumulação de cargos conforme consta na explicação do princípio 2.3 do Informe do Código de Governança, que foi acessado por meio da consulta de documentos das companhias abertas no site da CVM. A divulgação desta informação é obrigatória para casos de vacância que levem à acumulação de cargos. (B3, 2018). Na impossibilidade de acessar o formulário, buscou-se evidências de vacância analisando a composição da administração no item 12.5/6 dos formulários de referência.

### 3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Entende-se como limitação nesta pesquisa a indisponibilidade do FR com informações financeiras do ano base 2017 no site da CVM. Conforme Ott (2012), independentemente do método aplicado na elaboração da pesquisa poderá haver limitações.

Observou-se limitações pouco relevantes ao estudo devido ao tamanho da amostra, onde foram coletados dados de 395 empresas e apenas 0,76% destas não disponibilizaram os formulários. Tais ocorrências foram evidenciadas nas análises dos resultados.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os dados obtidos por meio de pesquisa realizada nos sites oficiais da CVM e da Bovespa. O intuito é identificar as companhias listadas nos segmentos especiais de listagem e mercado tradicional, bem como o perfil das empresas que não apresentam aderência às práticas de GC que são objetos de estudo neste trabalho: presença de conselho fiscal e inexistência de dualidade de *CEO*.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Foram analisadas 395 empresas, sendo 142 listadas nos segmentos NM, 27 listadas no N1 e 20 listadas no N2. No segmento Bovespa Mais 15 empresas, no Bovespa Mais Nível 2 apenas uma empresa e 190 listadas no Mercado Tradicional. Identificou-se a existência de 11 empresas em situação de recuperação judicial. As empresas PDG Companhia Securitizadora, Priner Serviços Industriais S.A. e Tecnosolo Engenharia S.A. não apresentaram no ano 2018 FR do ano base 2017.

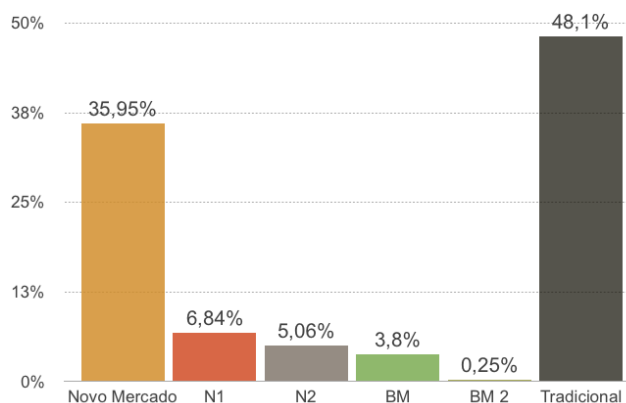
Tabela 1 - Contagem de empresas em cada setor de atuação

NM	N2	N1	BM 2	BM	Tradicional	Total Geral
142	20	27	1	15	190	395

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

No gráfico 1 apresenta-se o percentual de empresas em cada segmento de listagem da Bovespa.

Gráfico 1 - Percentual de empresas por segmento de listagem



Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Observa-se que, entre os segmentos especiais de listagem, o NM concentra o maior número de empresas.

Por meio de consulta aos sites da Bovespa e da CVM selecionou-se dados que contribuíssem para a caracterização das empresas analisadas. Além do segmento de listagem, coletou-se informações como o setor de atuação, o controle acionário, a concentração de capital pelo controlador, o valor do ativo total, a presença de conselho fiscal e a ocorrência de dualidade de *CEO*.

Na tabela 2 apresenta-se o resumo da contagem de empresas de cada setor, segregadas por segmento de listagem.

Tabela 2 - Setor de atuação

Setor	NM	N2	N1	BM 2	BM	Tradicional	Total Geral
Financeiro e Outros	20	5	6			54	85
Consumo Cíclico	44	2	3	1	5	26	81
Bens Industriais	20	4	2		3	34	63
Utilidade Pública	11	7	7		1	36	62
Materiais Básicos	8	1	7		1	14	31
Consumo não Cíclico	14		1		1	9	25
Saúde	12				2	6	20
Petróleo, Gás e Biocomb.	8	1				2	11
Tecnologia da Informação	4				2	1	7
Não Classificados						5	5
Telecomunicações	1		1			3	5
<b>Total Geral</b>	<b>142</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>190</b>	<b>395</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Os dados do setor de atuação foram extraídos do site da Bovespa, na página de cada empresa listada. Observa-se que o setor financeiro e outros possui a maior representatividade, seguido pelo consumo cíclico. Na tabela 3 apresenta-se a contagem de empresas conforme o controle acionário.

Tabela 3 - Controle acionário

Controle acionário	NM	N2	N1	BM 2	BM	Tradicional	Total Geral
Privado	98	13	16	1	11	140	279
Privado Holding	34	2	4		4	27	71
Estatal	5	3	5			15	28
Estrangeiro	4					3	7
Estatal Holding		1	2			2	5
Estrangeiro Holding	1	1				3	5
<b>Total Geral</b>	<b>142</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>190</b>	<b>395</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Os dados sobre o controle acionário foram extraídos do formulário cadastral, que, assim como o formulário de referência, é disponibilizado no site da CVM. A informação pode ser encontrada na aba tipo de registro, item espécie de controle

acionário. Observa-se que o controle acionário privado possui a maior representatividade.

Apresenta-se na tabela 4 a contagem de empresas por faixa de concentração de capital.

Tabela 4 - Concentração de capital

Concentração de Capital	NM	N2	N1	BM 2	BM	Tradicional	Total Geral
Pulverizado	39	3			1	17	60
< 50 %	26	18	12		1	33	90
50 %	1						1
> 50 %	76	6	8	1	9	99	199
100 %					3	38	41
Informação Indisponível						1	1
Não apresentou FR ano base 2017					1	2	3
<b>Total Geral</b>	<b>142</b>	<b>27</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>190</b>	<b>395</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

A informação foi extraída do FR, item 15.1/2 - Posição acionária. Para a apresentação e análise, classificou-se os dados em cinco faixas, sendo elas: empresas sem controlador (pulverizado), controlador com menos de 50% do capital (< 50 %), controlador com 50% do capital (50%), controlador com mais de 50% do capital (> 50 %) e controlador com 100% do capital (100%). Não foi possível coletar dados de quatro empresas.

Na tabela 5 observa-se a contagem de empresas por faixa de ativo total (R\$).

Tabela 5 - Ativo Total

Ativo Total	NM	N2	N1	BM 2	BM	Tradicional	Total Geral
Até R\$ 1 mi	3	1				12	16
De R\$ 1 mi a R\$ 1 bi	29		1		13	84	127
De R\$ 1 bi a R\$ 1 tri	109	19	24	1	1	64	218
A partir de R\$ 1 tri	1		2				3
Informação Indisponível						28	28
Não apresentou FR ano base 2017					1	2	3
<b>Total Geral</b>	<b>142</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>190</b>	<b>395</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Escolheu-se o dado total do ativo como forma de se determinar o tamanho das empresas, o mesmo foi extraído do FR, item 3.1 - informações financeiras. Classificou-se os dados em quatro faixas, sendo empresas com até R\$ 1 milhão, de R\$ 1 milhão a R\$ 1 bilhão, de R\$ 1 bilhão a R\$ 1 trilhão e a partir de R\$ 1 trilhão. Evidenciou-se a impossibilidade de coletar dados de trinta empresas.

Considera-se a instalação de conselho fiscal um fator relevante para determinar a aderência de uma empresa às boas práticas de GC. Na tabela 6

apresenta-se a contagem de empresas que apresentaram, ou não, instalação do conselho fiscal.

Tabela 6 - Conselho Fiscal

Conselho Fiscal Instalado	NM	N2	N1	BM 2	BM	Tradicional	Total Geral
Não	45	7	3	1	13	111	180
Sim	55	9	18		1	38	121
Sim - NP	40	4	6			34	84
Informação Indisponível	2					5	7
Não apresentou FR ano base 2017					1	2	3
<b>Total Geral</b>	<b>142</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>190</b>	<b>395</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

As informações coletadas encontram-se disponíveis no FR, item 12.1 - estrutura administrativa. Esta informação difere-se das demais por não seguir um padrão de resposta e apresentar-se em formato de texto, sendo necessária interpretação e análise crítica. Definiu-se previamente as seguintes ocorrências possíveis: não instalado (Não), instalado permanentemente (Sim) e instalado em caráter não permanente (Sim - NP). Observa-se ocorrências de indisponibilidade da informação nos formulários de sete empresas, dentre estas, duas do segmento especial Novo Mercado.

Seguindo, foram coletadas informações sobre a existência de dualidade de CEO e situações de conflitos de interesse, conforme apresenta-se na tabela 7.

Tabela 7 - Dualidade de CEO e conflitos de interesses

Ocorrência de dualidade de CEO	NM	N2	N1	BM 2	BM	Tradicional	Total Geral
Não	108	17	21		9	94	249
Sim	3			1	2	51	57
Vice no C.A.	11	1	3		1	14	30
Parentesco	9	1	2		2	7	21
Vice no C.A. e parentesco	4	1	1			3	9
Não consta informação de Presidente do C.A.						15	15
Recuperação Judicial	7					4	11
Não apresentou FR ano base 2017					1	2	3
<b>Total Geral</b>	<b>142</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>190</b>	<b>395</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Os dados encontram-se disponíveis no formulário de referência, item 12.5/6 - composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal. Inicialmente buscou-se classificar as ocorrências apenas como sim ou não, porém, durante a pesquisa identificou-se situações relevantes para o estudo. Classificou-se, então, as ocorrências como não existência de dualidade de CEO (não), existência de dualidade (sim), CEO é vice-presidente do conselho de administração (vice no

C.A.), existência de relação familiar entre o *CEO* e o presidente do conselho (parentesco) e situação em que o *CEO* tem relação familiar com o presidente do conselho além de ser vice presidente do mesmo (vice no C.A. e parentesco). Confirmou-se a relação familiar por meio da análise do formulário de referência, item 12.9 - relações familiares. Caracterizou-se como conflito de interesses tanto a existência de relação familiar, quanto o *CEO* ocupando cargo de vice no conselho.

#### 4.2 DUALIDADE DE *CEO*, CONFLITO DE INTERESSE E CONSELHO FISCAL

Conforme observou-se anteriormente, uma das principais funções do conselho de administração é fiscalizar a diretoria executiva e para que este papel seja bem desempenhado é necessária total independência. (IBGC, 2015). Observou-se a partir da coleta de dados casos que não se caracterizavam como dualidade de *CEO*, porém, deduz-se que existam conflitos de interesse. Entende-se que em nenhuma das situações expostas o CA possa desempenhar seu papel com independência. Aplicam-se regras aos segmentos especiais de listagem onde é vedado ao NM, N1 e N2 a existência de dualidade de *CEO*, para os demais a regra não se aplica. (B3, 2018).

Utilizou-se a mesma base de classificação apresentada anteriormente, por segmento de listagem, onde demonstrou-se a representatividade das ocorrências e analisou-se com maior profundidade o perfil das empresas que apresentaram anomalias. Considerou-se como anomalias as situações que não estão em conformidade com as regras da B3 para os segmentos diferenciados e os casos de conflitos de interesses.

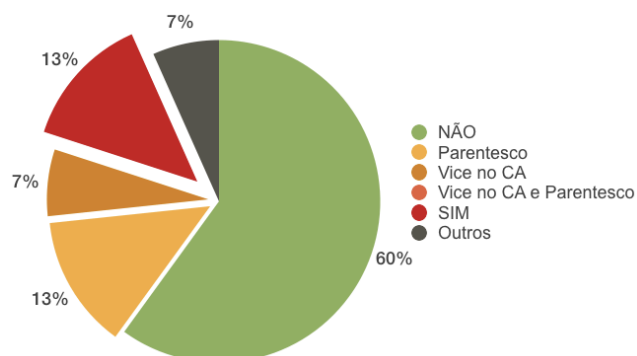
##### 4.2.1 Segmentos básicos

Observou-se a inexistência de regra específica para os segmentos Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2 e tradicional. Apresentou-se gráficos demonstrando a representatividade sem aprofundar o estudo das anomalias, para as empresas dos segmentos especiais determinou-se um perfil utilizando os dados coletados.

Observa-se no gráfico 2 o percentual de empresas, listadas no segmento Bovespa Mais, conforme ocorrências de dualidade de *CEO* ou conflitos de interesse.



Gráfico 2 - Dualidade de CEO - Bovespa Mais



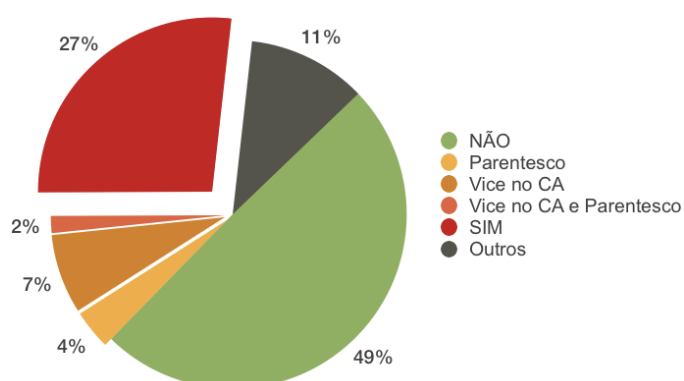
Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Nota-se que, mesmo sem a existência de regra específica para o segmento Bovespa Mais, 60% das empresas listadas seguem a orientação de manter a segregação entre as funções do diretor presidente e do presidente do CA.

Na única empresa do segmento de listagem Bovespa Mais Nível 2, o qual não possui regra específica sobre o assunto, observa-se a existência de dualidade de CEO.

No gráfico 3 observa-se o percentual de empresas do segmento Tradicional que apresentaram ocorrência de dualidade de CEO ou situações de conflito de interesses.

Gráfico 3 - Dualidade de CEO – Tradicional



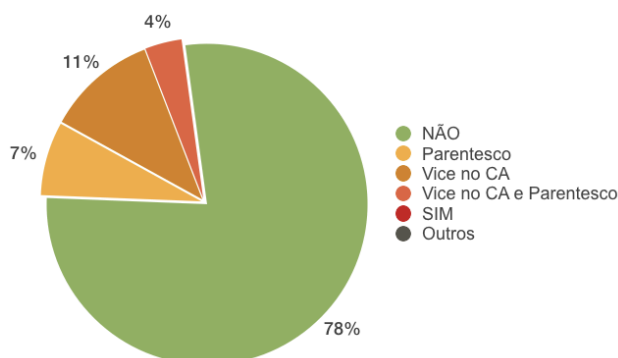
Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Observa-se neste segmento que 27% das empresas apresentam acumulação de cargos. Cabe ressaltar que o mercado Tradicional não possui regra específica sobre veto à acumulação de cargos.

#### 4.2.2 Segmentos especiais

Aos segmentos especiais de listagem aplica-se a regra de veto à acumulação de cargos, conforme orientação do IBGC. No gráfico 4 apresenta-se as situações de conflito de interesses das empresas aderentes ao N1.

Gráfico 4 - Dualidade de CEO – Nível 1



Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Nota-se neste segmento que as companhias são aderentes às boas práticas de GC. Mostra-se relativamente pequena a parcela de empresas que possuem conflitos de interesses, sendo 7% de casos de relacionamento familiar, 11% de diretor presidente ocupando cargo de vice-presidente no CA e 4% com ambos os perfis.

No quadro 2 apresenta-se o perfil destas empresas que apresentaram conflitos de interesse.

Quadro 2 - Situações de conflito de interesses – Nível 1

Empresa - Sigla	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Setor	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
BANCO INTER	Parentesco	Não	Financeiro e Outros	Privado	32,695	3.584.775.000,00	Bacen
BANRISUL	Vice no CA	Sim	Financeiro e Outros	Estatal	49,888	73.287.391.000,00	Bacen
BRADESPAR	Vice no CA	Sim	Materiais Básicos	Privado Holding	28,05	11.322.514.828,85	ANM
EUCATEX	Vice no CA e Parentesco	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado	24,856	2.039.757.502,00	
ITAUSA	Vice no CA	Sim	Financeiro e Outros	Privado Holding	34,421	65.578.000.000,00	Bacen
RANDON PART	Parentesco	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	41,613	4.970.681.383,37	

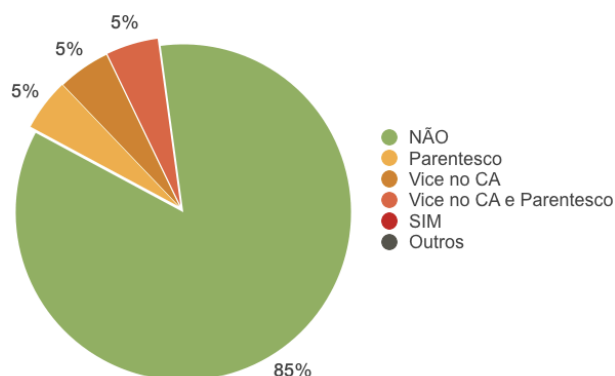
Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Percebe-se que o perfil predominante nas empresas descritas acima é o setor de atuação financeiro, com controle acionário privado, todas de grande porte com a

existência de conselho fiscal. Observa-se que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. é o único caso de controle acionário estatal e apresenta o maior percentual de concentração de capital pelo controlador e valor de ativo total.

Apresenta-se no gráfico 5 situações de conflito de interesses das empresas listadas no Nível 2 da B3.

Gráfico 5 - Dualidade de CEO – Nível 2



Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

No segmento N2, mostra-se ainda menor a parcela de empresas com ocorrências de conflitos de interesses, totalizando 15% das companhias contra 85% que são aderentes à orientação de segregação de cargos.

No quadro 3 apresenta-se o perfil das empresas com situações de conflito de interesses.

Quadro 3 - Situações de conflito de interesses – Nível 2

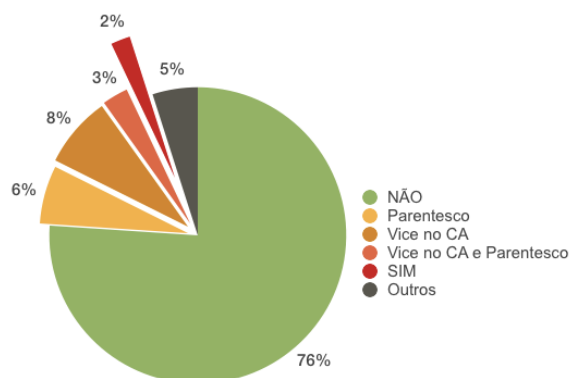
Empresa - Sigla	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Setor	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
ALUPAR	Vice no CA	Não	Utilidade Pública	Privado	52,15	11.463.372.000,00	Anaeel
ENERGISA	Vice no CA e Parentesco	Não	Utilidade Pública	Privado	30,06	22.048.356.000,00	Anaeel
SARAIVA LIVR	Parentesco	Sim	Consumo Cíclico	Privado	26,117	1.399.185.000,00	

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Observa-se nas ocorrências descritas no quadro 3 que o perfil dominante entre as empresas é o setor de atuação de utilidade pública e controle acionário privado. Destaca-se que ambas as empresas de utilidade pública da área de energia elétrica possuem situação de diretor presidente ocupando cargo de vice-presidente do CA e a não existência de conselho fiscal.

No gráfico 6 observa-se as ocorrências de dualidade de *CEO* e conflitos de interesse no segmento NM.

Gráfico 6 - Dualidade de *CEO* – Novo Mercado



Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Observa-se no segmento NM aumento do número de ocorrências de conflitos de interesse, os quais pode-se observar mais detalhes a seguir, no quadro 4.

Quadro 4 - Situações de conflito de interesses – Novo Mercado

(continua)

Empresa - Sigla	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Setor	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
CAMIL	Parentesco	Sim - NP	Consumo não Cíclico	Privado Holding	60,537	3.830.638.000,00	ANVISA
CYRELA REALT	Parentesco	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	31,562	10.401.541.151,20	
EZTEC	Parentesco	Sim	Consumo Cíclico	Privado	64,458	3.103.748,00	
HAPVIDA	Parentesco	Não	Saúde	Privado Holding	78,273	2.614.945.000,00	ANS
IGUATEMI	Parentesco	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado	50,82	5.062.802.000,00	
LOCALIZA	Parentesco	Sim	Consumo Cíclico	Privado	23,613	11.186.234.000,00	
M.DIASBRANCO	Parentesco	Não	Consumo não Cíclico	Privado	63,318	6.089.764.921,66	ANVISA
MAGAZ LUIZA	Parentesco	Sim	Consumo Cíclico	Privado	63,255	7.419.513.000,00	
SER EDUCA	Parentesco	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	53,192	2.507.874.000,00	
COPASA	Vice no CA	Sim	Utilidade Pública	Estatual	50,038	10.809.991.695,87	ANA
COSAN	Vice no CA	Sim - NP	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Privado	57,986	28.539.273.000,00	
ENERGIAS BR	Vice no CA	Sim	Utilidade Pública	Estrangeiro Holding	51,21	20.607.952.000,00	Anaeel
JBS	Vice no CA	Sim	Consumo não Cíclico	Privado	40,641	11.500.924,00	ANVISA
LINX	Vice no CA	Sim - NP	Tecnologia da Informação	Privado	17,471	1.564.024.380,56	
LOCAMERICA	Vice no CA	Não	Consumo Cíclico	Privado	63,48	2.394.602.000,00	
LOG-IN	Vice no CA	Sim	Bens Industriais	Privado	50,008	1.171.990.000,00	ANTAQ
PORTOBELLO	Vice no CA	Sim	Bens Industriais	Privado	53,66	1.252.008.576,76	
PROFARMA	Vice no CA	Sim - NP	Saúde	Privado Holding	28,182	2.619.491.821,47	ANVISA

(conclusão)

Empresa - Sigla	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Setor	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
TIME FOR FUN	Vice no CA	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	47,517	697.484.493,84	
TRISUL	Vice no CA	Não	Consumo Cíclico	Privado	63,27	939.490.000,00	
FER HERINGER	Vice no CA e Parentesco	Sim	Materiais Básicos	Privado	51,484	2.945.048.386,43	
GENERALSHOPP	Vice no CA e Parentesco	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado Holding	69,526	3.560.307.000,00	
HELBOR	Vice no CA e Parentesco	Não	Consumo Cíclico	Privado	54,209	4.968.060.000,00	
VULCABRAS	Vice no CA e Parentesco	Sim	Consumo Cíclico	Privado	61,93	1.120.485.000,00	

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Nota-se, conforme informações do quadro 4, que o perfil predominante é de empresas com controle acionário privado, de grande porte, concentração de capital pelo controlador acima de 50% e existência de conselho fiscal.

No quadro 5 observa-se o perfil das empresas com presença de dualidade de CEO.

Quadro 5 – Dualidade de CEO – Novo Mercado

Empresa - Sigla	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Setor	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
BRF SA	SIM	Sim	Consumo não Cíclico	Privado	Pulverizado	45.228.481.000,00	ANVISA
EVEN	SIM	Não	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	4.729.858.549,26	
WIZ S.A.	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	51,938	612.190.340,00	SUSEP

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Observa-se que o perfil das empresas que apresentaram dualidade de CEO no segmento NM não apresentaram semelhanças que permitissem traçar um perfil dominante.

Conforme descrito nas exigências dos segmentos especiais de listagem da Bovespa, os casos de ocorrência de vacância que leve ao acúmulo dos cargos do presidente do conselho de administração e do diretor presidente têm a divulgação obrigatória. (B3, 2018). Baseando-se nesta regra, foram pesquisadas as devidas explicações. Esta informação encontra-se no documento público denominado Informe do Código de Governança, disponível no site da CVM e observa-se o princípio 2.3-Presidente do Conselho, onde consta descrição da prática recomendada e o questionamento sobre a adoção ou não. Quando não aderente, a companhia necessita publicar as devidas explicações.

Quadro 6 – Dualidade de *CEO* - Explicações de caráter obrigatório

Empresa - Sigla	Divulgou explicações	Motivo
BRF SA	SIM	Vacância do cargo de diretor presidente
EVEN	NÃO	Não divulgado
WIZ S.A.	SIM	Vacância do cargo de diretor presidente

Fonte: Elaborada pela autora a partir da coleta de dados (2018).

Nota-se que as companhias BRF S.A. e WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A. atenderam as exigências divulgando a ocorrência de dualidade de *CEO* e o motivo, ambos os casos ocorreram por vacância do cargo do diretor presidente. Não foi localizado o Informe do Código de Governança da empresa Even Construtora e Incorporadora S.A..

Na busca de mais informações sobre o motivo da dualidade de *CEO* na companhia Even Construtora e Incorporadora S.A, se comparou a composição da administração pelo item 12.5/6 nos formulários de referência submetidos nos anos 2018 e 2017. Evidenciou-se que o executivo que ocupava o cargo de diretor presidente, no formulário submetido em 2017, permanece na empresa como membro do CA, conforme formulário submetido em 2018. Utilizando-se apenas desta análise não foi possível afirmar que o motivo da acumulação de cargos foi por vacância do cargo de diretor presidente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar a aderência às boas práticas de governança corporativa das empresas listadas nos segmentos especiais da Bovespa e, para tal, utilizou-se de informações públicas disponibilizadas no site da CVM por meio dos formulários de referência.

O estudo baseou-se nas informações de existência conselho fiscal, de ocorrência de dualidade de *CEO* ou de conflitos de interesse entre os cargos de diretor presidente e presidente do conselho de administração, relacionando com o referencial teórico obtido por meio do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC. Entende-se que as exigências da Bovespa para os segmentos especiais e as orientações do IBGC convergem para o objetivo comum de aumentar o grau de segurança dos investidores.

Aprofundou-se a análise das anomalias relacionadas à dualidade de *CEO* e aos conflitos de interesse por meio da apresentação de características das empresas que apresentaram relacionamento familiar, diretor presidente ocupando cargo de vice-presidente do conselho de administração ou ambos. Foram selecionadas as seguintes características para a criação do perfil: o setor de atuação, o controle acionário, a concentração de capital pelo controlador e o valor de ativo total. Além destes dados, foram relacionados os órgãos reguladores, quando aplicáveis.

Evidenciou-se que 100% das empresas listadas nos segmentos especiais Nível 1 e Nível 2 mostram-se aderentes à recomendação do IBGC e à exigência da B3, por não apresentar dualidade de *CEO*. Já no segmento Novo Mercado, evidenciou-se ocorrência de acumulação de cargos em 1,58% das empresas.

Observou-se dualidade de *CEO* em três companhias do segmento NM e, além da apresentação das características destas, foram coletadas as devidas explicações, que são de caráter obrigatório. Dentre as empresas que evidenciaram o acúmulo de função, a BRF S.A. e a WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A. informaram que, em detrimento de vacância do cargo do diretor presidente, o presidente do conselho de administração foi nomeado temporariamente para a função. Com a apresentação desta informação as duas companhias mostram-se aderentes às exigências da B3.

A empresa Even Construtora e Incorporadora S.A. não submeteu o Informe do Código de Governança e, conseqüentemente, não divulgou as devidas explicações. Diante disto, considerou-se relevante analisar a composição da administração da empresa no formulário do ano anterior, submetido em 2017, na busca de evidências quanto à vacância do cargo de diretor presidente ou do presidente do conselho. Conforme verificou-se nesta análise, não se pode afirmar que o motivo da acumulação de funções tenha sido motivado por vacância do cargo de diretor presidente, visto que o executivo foi substituído, mas permanece na empresa, como membro do conselho de administração. Identificou-se também, a inexistência de conselho fiscal.

Observa-se que 17,5% das empresas listadas nos segmentos especiais de listagem apresentam ocorrências que não se enquadram como dualidade de CEO, mas caracterizam situações de conflito de interesses entre os cargos de diretor presidente e presidente do conselho de administração. Entende-se que as situações descritas como conflitos de interesses não garantem a independência nas ações do conselho de administração, visto que umas das funções principais deste órgão é fiscalizar a diretoria executiva evitando o conflito de agência. (IBGC, 2015).

Nos segmentos básicos observa-se que, mesmo sem a obrigatoriedade de segregação de funções, existe por parte da maioria das empresas, aderência à boa prática disseminada pelo IBGC. Desta forma, nota-se o interesse das empresas em divulgar essas informações e deduz-se que esta prática impacta positivamente na captação de investidores.

Percebe-se a aderência à recomendação de instalação do conselho fiscal nos segmentos especiais, principalmente no NM onde observa-se que 28,1% das empresas possuem conselho instalado em caráter não permanente e 38,7% em caráter permanente. Com base nas informações obtidas por meio da caracterização das empresas com anomalias, não foi possível afirmar a relação da inexistência de conselho fiscal às ocorrências de dualidade de CEO e aos conflitos de interesse.

Os dados sobre a instalação do conselho fiscal, disponibilizados no item 12.1 dos formulários de referência, são apresentados em formato de texto, sem seguir um padrão de resposta. Desta forma, se faz necessário certo grau de conhecimento para interpretar o texto e analisar criticamente os casos em que a companhia deixa subentendida a informação. Identificou-se que, em alguns casos, o texto redigido pela empresa deu margem para dúvidas que levaram ao entendimento de que



existia o conselho fiscal instalado, porém, analisando criticamente, o conteúdo era referente a possibilidade de vir a ser instalado quando solicitado. Entende-se que este item poderia seguir um padrão de resposta como outros dados do FR.

Diante das constatações, conclui-se que 98,42% das empresas listadas no N1, N2 e NM, são aderentes à recomendação do IBGC de manter a segregação de funções dos cargos de *CEO* e presidente do CA. Percebe-se com este estudo a importância da transparência das companhias abertas ao divulgar informações sobre a composição da administração, especialmente em situações que não se encontram de acordo com as regras dos segmentos especiais ou não aderentes às boas práticas de GC. Entende-se que a omissão de informações e a falta de detalhes não contribuem com o aumento do grau de segurança dos investidores.

Espera-se que este estudo possa chegar ao conhecimento dos investidores e das empresas, para que seja considerada como ferramenta relevante na tomada de decisões. Entende-se que a simples adoção das boas práticas do IBGC não garante o retorno dos investimentos, contudo observa-se que as companhias que possuem uma boa GC conduzem seus negócios com maior transparência, o que pode demonstrar que estão comprometidas em atingir os resultados desejados e elevar o grau de confiança dos investidores.

## REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Elismar; GIACOMETTI, Celso; GUSSO, Eduardo. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2014. **Livro Eletrônico**
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. **Livro Eletrônico**
- BM&F Bovespa. **Segmentos de listagem**. São Paulo, 2018. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/)>. Acesso em 06 jun. 2018.
- BRASIL BOLSA BALCÃO - B3. **Relações com investidores**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://ri.bmfbovespa.com.br/static/ptb/perfil-historico.asp?idioma=ptb>>. Acesso em 27 mai. 2018.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Cartilha de Recomendações sobre Governança Corporativa**. Brasília, 2002. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisoes/anexos/0001/3935.pdf>>. Acesso em: 27 Mai. 2018.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Consulta de Documentos de Companhias Abertas**. Brasília, 2002. Disponível em <<https://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx?TipoConsult=c>>. Acesso em: 27 Mai. 2018.
- CVM. **Instrução nº 480, de 07 de Dezembro de 2009**. Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html>>. Acesso em 02 Jun. 2018.
- FONTES FILHO, Joaquim Rubens. Governança organizacional aplicada ao setor público. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., 2003, Panamá. **Anais eletrônicos...** Nova Iorque: United Nations Public Administration Network, 2003. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0047108.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.
- FREITAS, George Alberto de et al. Governança Corporativa e Desempenho dos Bancos Listados na B3 em Ambiente de Crise Econômica. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 100-119, Jan/Abr. 2018. Disponível

em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/1410>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

FURUTA, Fernanda; SANTOS, Ariovaldo dos. Comitê de Auditoria versus Conselho Fiscal Adaptado: a visão dos analistas de mercado e dos executivos das empresas que possuem ADRs. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 1-23, mai/ago, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2571/257119518005.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos e Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. **Livro Eletrônico**

HERBERT, Steinberg. **Dimensão humana da governança corporativa: pessoas criam as melhores e piores práticas**. São Paulo: Gente, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4 ed. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: <[http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo\\_julho\\_2010\\_a4.pdf](http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf)>. Acesso em: 27 Mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 5 ed. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Publicacoes/Publicacao-IBGCCodigo-CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>>. Acesso em: 27 Mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Guia de Orientação para o Conselho Fiscal**. 2 ed. São Paulo: IBGC, 2007. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/userfiles/1.pdf>>. Acesso em: 07 Jun. 2018.

JENSEN, Michael C. Agency cost of free cash flow, Corporate Finance, and takeovers. **American Economic Review**, Sidney, v. 76, n. 2, p. 323-329, 1986. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=99580](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=99580)>. Acesso em: 07 Jun. 2018.

MOSER, Elisa Maria; SILVA, Paulo Vitor Jordão da Gama; OLIVEIRA, Fernando Nascimento de. Dualidade de CEO em empresas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 8., 2017, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** AdCont, 2017. Disponível em: <<http://adcont.net/index.php/adcont/AdCont2017/paper/view/2757>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

OTT, Ernani. **Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012. **Livro Eletrônico**.

RODRIGUES, Fernando Rebechi. **Governança Corporativa e Desempenho Econômico e Financeiro**: Um estudo em companhias do mercado de capitais brasileiro no segmento educacional. 2015. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (**Especialista em** Controladoria e Finanças) - Curso de MBA em Controladoria e Finanças, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores.** São Paulo: Atlas, 2012.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa no Brasil e no Mundo: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil.** 2002. 152 f. Dissertação (**Mestrado em** administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04122002-102056/pt-br.php>>. Acesso em 12 Dez. 2018.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil.** 2004. 250 f. Tese (**Doutorado em** administração) – Programa de pós-graduação em administração, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-23012005-200501/pt-br.php>>. Acesso em 12 Dez. 2018.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; ESCUDER, Sergio Antonio Loureiro; YOSHITAKE, Mariano. O conselho fiscal e a governança corporativa: transparência e gestão de conflitos. *Revista Contemporânea de Contabilidade - UFSC*, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 175-202, jul/dez, 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2011v8n16p175/20050>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

VIEIRA, Solange Paiva; MENDES, André Gustavo Salcedo Teixeira. **Governança Corporativa: Uma Análise de sua Evolução e Impactos no Mercado de Capitais Brasileiro.** *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 103-122, dez, 2004. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8177>>. Acesso em: 03 Mai. 2018.

## APÊNDICE A – BASE DE DADOS DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3

(continua)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Setor	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
ADVANCED-DH	Tradicional	NÃO	Não	Saúde	Estrangeiro	75,7	-2.409.000,00	ANS
AES TIETE E	N2	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	24,28	6.817.913.000,00	AnaeeI
AFLUENTE T	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Utilidade Pública	Privado Holding	87,84	54.791.178,52	AnaeeI
ALFA HOLDING	Tradicional	SIM	Sim	Financeiro e Outros	Privado Holding	58,373	925.349.000,00	Bacen
ALGAR TELEC	Tradicional	NÃO	Não	Telecomunicações	Privado	68,031	3.694.384.000,00	Anatel
ALIANSC	Novo Mercado	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	49,36	4.793.892.101,06	
ALPARGATAS	N1	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	54,24	3.853.451.852,71	
ALTERE SEC	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Financeiro e Outros	Privado	Pulverizado	17.000,00	Bacen
ALUPAR	N2	Vice no CA	Não	Utilidade Pública	Privado	52,15	11.463.372.000,00	AnaeeI
NOROESTE	Tradicional	NÃO	Não	Não Classificados	Privado	100	100,00	
AMBEV S/A	Tradicional	NÃO	Sim	Consumo não Cíclico	Estrangeiro Holding	53,69	86.851.989.000,00	
AMPLA ENERG	Tradicional	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado Holding	99,734	9.330.722.000,00	AnaeeI
ANIMA	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado Holding	56,31	1.338.152.000,00	
APICESECURIT	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	99	4.403.000,00	Bacen
AREZZO CO	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado Holding	51,14	1.049.899.610,79	
CARREFOUR BR	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo não Cíclico	Estrangeiro	71,76	33.878.000.000,00	
ATOMPAR	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	69,594	4.950.840,79	Bacen
AZEVEDO	Tradicional	Parentesco	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	23,69	133.417.000,00	
AZUL	N2	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	50,37	10.316.616.000,00	Anac
B2W DIGITAL	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado	61,57	12.623.126.249,53	
B3	Novo Mercado	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	Pulverizado	37.579.880.000,00	Bacen
BAHEMA	BM	Parentesco	Não	Consumo Cíclico	Privado Holding	Pulverizado	94.080.058,89	
BANCO INTER	N1	Parentesco	Não	Financeiro e Outros	Privado	32,70	3.584.775.000,00	Bacen
BANESTES	Tradicional	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Estatal	92,365	22.859.146.552,91	Bacen
VEROBANRISUL	Tradicional	NÃO	Sim	Não Classificados	Estatal	100	2.515.673.000,00	Bacen
BARDELLA	Tradicional	Vice no CA	Sim	Bens Industriais	Privado	23,064	838.044.000,00	
BATTISTELLA	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	84,1	51.147.000,00	Bacen
BAUMER	Tradicional	Vice no CA	Não	Saúde	Privado	Pulverizado	180.845.275,90	ANS

(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Sector	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
BBSEGURIDADE	Novo Mercado	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Estatal	66,25	13.334.413,00	SUSEP
ABC BRASIL	N2	NÃO	Sim - NP	Financeiro e Outros	Estrangeiro Holding	59,88	28.767.784.667,92	Bacen
ALFA INVEST	Tradicional	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Privado	64,733	12.623.208.000,00	Bacen
AMAZONIA	Tradicional	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Estatal	51	16.952.092.476,72	Bacen
BRADESCO	N1	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Privado	38,00	1.224.353.440.000,00	Bacen
BRASIL	Novo Mercado	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Estatal	Pulverizado	1.353.075.000.000,00	Bacen
BTGP BANCO	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	76,453	126.591.612.000,00	Bacen
BANESE	Tradicional	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Estatal	89,87	5.070.796.837,39	Bacen
BANPARA	Tradicional	SIM	Sim	Financeiro e Outros	Estatal	99,976	6.937.363.681,68	Bacen
BANRISUL	N1	Vice no CA	Sim	Financeiro e Outros	Estatal	49,89	73.287.391.000,00	Bacen
INDUSVAL	N2	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Estatal	54,83	2.655.217.285,07	Bacen
MERC INVEST	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Financeiro e Outros	Privado	91,5	103.232.013,36	Bacen
MERC BRASIL	Tradicional	Vice no CA	Sim	Financeiro e Outros	Privado	31,23	9.693.967.000,00	Bacen
NORD BRASIL	Tradicional	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Estatal	51	54.046.936.649,31	Bacen
BANCO PAN	N1	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Privado	83,42	25.834.326.467,73	Bacen
PINE	N2	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	68,01	8.600.592.880,48	Bacen
SANTANDER BR	Tradicional	Vice no CA	Não	Financeiro e Outros	Estrangeiro Holding	75,622	645.703.039.000,00	Bacen
BETA SECURIT	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Financeiro e Outros	Privado	Pulverizado	54.768.937,07	Bacen
BIC MONARK	Tradicional	SIM	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	68,937	202.655.296,99	
BIOMM	BM	NÃO	Não	Saúde	Privado	49,965	262.386.798,44	ANS
BIOSEV	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo não Cíclico	Privado	94,01	9.731.228.000,00	ANVISA
BK BRASIL	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	2.415.555.000,00	
BOMBRIL	Tradicional	NÃO	Não	Consumo não Cíclico	Estrangeiro	37,796	685.366.000,00	
BR HOME	BM	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	99,762	285.703.437,37	
BR INSURANCE	Novo Mercado	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	Pulverizado	300.008.873,37	SUSEP
BR MALLS PAR	Novo Mercado	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	Pulverizado	18.003.585.282,81	
BR PROPERT	Novo Mercado	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	70,07	9.797.952.000,00	
BRADESCO LSG	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	100	69.406.662,00	Bacen
BRADESPAR	N1	Vice no CA	Sim	Materiais Básicos	Privado Holding	28,05	11.322.514.828,85	ANM
BR BROKERS	Novo Mercado	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	Pulverizado	376.042.000,00	

(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Sector	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
BR PHARMA	Novo Mercado	RJ	RJ	Saúde	Privado Holding	94,49	0,00	
BRASILAGRO	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo não Cíclico	Estrangeiro	41,81	883.293.000,00	
BRASKEM	N1	NÃO	Sim	Materiais Básicos	Privado	45,15	53.341.550.000,00	
BRAZIL REALT	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	99,999	78.037,00	Bacen
BRAZILIAN FR	Tradicional	SIM	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado	100	168.029.976,68	Bacen
BRAZILIAN SC	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	100	239.553.000,00	Bacen
BRB BANCO	Tradicional	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Estatal	80,33	14.126.063.384,23	Bacen
BRC SECURIT	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	99,998	Informação Indisponível	Bacen
BRF SA	Novo Mercado	SIM	Sim	Consumo não Cíclico	Privado	Pulverizado	45.228.481.000,00	ANVISA
BRPR 55 SEC	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Financeiro e Outros	Privado	Pulverizado	38.824.000,00	Bacen
BRPR 56 SEC	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	99,999	Informação Indisponível	Bacen
BRQ	BM	SIM	Não	Tecnologia da Informação	Privado Holding	76,49	145.330.191,76	
BV LEASING	Tradicional	SIM	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado	100	Informação Indisponível	Bacen
CAMBUCI	Tradicional	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado	44,956	221.653.403,00	
CAMIL	Novo Mercado	Parentesco	Sim - NP	Consumo não Cíclico	Privado Holding	60,54	3.830.638.000,00	ANVISA
CCR SA	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	44,77	30.612.208.000,00	
CCX CARVAO	Novo Mercado	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	56,22	19.545.000,00	
CELUL IRANI	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Materiais Básicos	Privado	71,85	1.501.838.741,63	
CEMEPE	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	Pulverizado	772.861,57	Bacen
CEMIG DIST	Tradicional	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal	100	Informação Indisponível	ANEEL
CEMIG GT	Tradicional	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal	100	Informação Indisponível	ANEEL
ELETRONBRAS	N1	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal Holding	40,99	172.975.359.000,00	Anaeeel
CELESC	N2	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal	24,27	9.060.252.000,00	Anaeeel
CELPA	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	96,5	8.596.199.000,00	ANEEL
ALLIAR	Novo Mercado	NÃO	Não	Saúde	Privado	61,04	2.284.985,00	ANS
CESP	N1	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal	Pulverizado	11.131.535.683,95	Anaeeel
P.ACUCAR-CBD	N1	NÃO	Não	Consumo não Cíclico	Privado	41,41	47.928.000.000,00	
CASAN	Tradicional	SIM	Sim	Utilidade Pública	Estatal	Pulverizado	3.226.243.247,00	ANA
CELGPAR	Tradicional	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal Holding	99,762	1.191.481.000,00	ANEEL
CEG	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	54,164	3.100.453.050,27	ANP

(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Setor	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
COELBA	Tradicional	SIM	Não	Utilidade Pública	Privado Holding	96,649	12.553.675.565,00	ANEEL
CEB	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Sim	Utilidade Pública	Estatal	80,202	3.637.085.000,00	ANEEL
CEMIG	N1	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal	17,03	42.239.589.000,00	Anaeel
CELPE	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Utilidade Pública	Privado Holding	Pulverizado	6.676.000.033,65	ANEEL
COELCE	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	74,051	5.700.068.000,00	ANEEL
COSERN	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	91,504	2.865.493.277,61	ANEEL
CEEE-D	N1	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal	65,92	3.822.034.983,21	Anaeel
CEEE-GT	N1	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal	65,92	4.726.199.000,00	Anaeel
FERBASA	N1	NÃO	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado	52,05	1.856.461.000,00	
CEDRO	N1	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	42,18	527.224.000,00	
COMGAS	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	80,117	8.666.564.976,59	ANP
HABITASUL	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	58,042	1.181.873.584,64	Bacen
CIA HERING	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	1.538.159,23	
IND CATAGUAS	Tradicional	SIM	Não	Consumo Cíclico	Privado	50,659	243.419.000,00	
LOCAMERICA	Novo Mercado	Vice no CA	Não	Consumo Cíclico	Privado	63,48	2.394.602.000,00	
MELHOR SP	Tradicional	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	88,115	1.487.056.000,00	
COPEL	N1	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal Holding	31,07	33.162.377.000,00	Anaeel
PAR AL BAHIA	Tradicional	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Privado	52,672	649.347.000,00	Bacen
PAUL F LUZ	Tradicional	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado	100	Informação Indisponível	ANEEL
CPFL PIRATIN	Tradicional	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado	100	Informação Indisponível	ANEEL
SABESP	Novo Mercado	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal	50,26	39.546.444.048,44	ANA
COPASA	Novo Mercado	Vice no CA	Sim	Utilidade Pública	Estatal	50,04	10.809.991.695,87	ANA
SANEPAR	N2	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal	20,03	10.122.671.113,01	ANA
SEG AL BAHIA	Tradicional	SIM	Sim	Financeiro e Outros	Privado	47,101	488.978.545,28	SUSEP
SID NACIONAL	Tradicional	SIM	Não	Materiais Básicos	Privado	54,05	44.520.997.000,00	
COTEMINAS	Tradicional	SIM	Sim	Consumo Cíclico	Privado	50,49	3.539.483.000,00	
SANTANENSE	Tradicional	SIM	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	87,98	514.002.000,00	
CIELO	Novo Mercado	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Privado	58,71	88.347.181.000,00	Bacen
CIMS	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	100	178.614,00	Bacen
CINESYSTEM	BM	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	100	111.961.938,01	Ancine



(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Sector	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
CONC RAPOSO	Tradicional	Vice no CA	Não	Bens Industriais	Privado Holding	100	2.285.996.000,00	ANTT
ECOVIAS	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Bens Industriais	Privado	99,999	1.882.580.942,00	ANTT
ECOPISTAS	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Bens Industriais	Privado	100	1.634.860.076,54	ANTT
VIAOESTE	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	100	Informação Indisponível	ANTT
ROD TIETE	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	100	1.625.176.000,00	ANTT
RT BANDEIRAS	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado Holding	100	3.471.254,00	ANTT
AUTOBAN	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	99,999	Informação Indisponível	ANTT
ODERICH	Tradicional	SIM	Não	Consumo não Cíclico	Privado Holding	Pulverizado	382.941.696,26	Anvisa
ALFA CONSORC	Tradicional	SIM	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado Holding	55,088	3.141.175.000,00	Bacen
CONST A LIND	Tradicional	Vice no CA e Parentesco	Não	Consumo Cíclico	Privado	85,96	47.627.293,00	
TENDA	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	2.135.177.943,37	
COR RIBEIRO	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	24	17.924.000,00	Bacen
COSAN LOG	Novo Mercado	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado Holding	72,52	26.237.350.000,00	
COSAN	Novo Mercado	Vice no CA	Sim - NP	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Privado	57,99	28.539.273.000,00	
CPFL ENERGIA	Novo Mercado	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Privado Holding	94,75	41.282.912.000,00	Anaee
CPFL RENOVAV	Novo Mercado	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Privado	51,60	12.856.002.286,90	Anaee
CPFL GERACAO	Tradicional	SIM	Não	Utilidade Pública	Privado	100	Informação Indisponível	ANEEL
CR2	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	221.893.000,00	
CREMER	Tradicional	NÃO	Não	Saúde	Privado	88,519	671.561.612,41	ANS
CRISTAL	Tradicional	SIM	Não	Materiais Básicos	Privado Holding	71,63	625.427.222,33	ANP
CSU CARDSYST	Novo Mercado	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado	41,70	400.561.643,00	
CTC S.A.	BM	NÃO	Não	Consumo não Cíclico	Privado	64,153	788.115.591,46	
TRAN PAULIST	N1	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Privado Holding	35,82	17.252.172.929,00	Anaee
CVC BRASIL	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	4.778.368.000,00	
CYRELA REALT	Novo Mercado	Parentesco	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	31,56	10.401.541.151,20	
CYRE COM-CCP	Novo Mercado	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	49,25	3.639.428.000,00	
DASA	Tradicional	NÃO	Não	Saúde	Privado	97,726	6.246.486.501,21	ANS
DIBENS LSG	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	100	Informação Indisponível	Bacen
DIMED	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Saúde	Privado	Informação Indisponível	Informação Indisponível	ANS
DIRECIONAL	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado Holding	45,93	4.141.764.000,00	

(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Sector	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
DOHLER	Tradicional	Vice no CA	Sim	Consumo Cíclico	Privado	67,713	960.988.937,33	
DOMMO	Tradicional	RJ	RJ	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Privado	Pulverizado	1.346.784.000,00	ANP
DTCOM-DIRECT	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	97,61	24.101.326,65	
DURATEX	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado Holding	60,00	9.465.574.039,63	
ECON	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado Holding	100	7.480.594.307,91	ANTT
ECORODOVIAS	Novo Mercado	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado Holding	68,98	7.815.757.827,48	
ENERGIAS BR	Novo Mercado	Vice no CA	Sim	Utilidade Pública	Estrangeiro Holding	51,21	20.607.952.000,00	Anaeeel
ESCELSA	Tradicional	Vice no CA	Não	Utilidade Pública	Privado	100	3.587.538.000,00	ANEEL
EBE	Tradicional	Vice no CA	Não	Utilidade Pública	Privado	100	3.677.691.000,00	ANEEL
ACO ALTONA	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	38,26	97.996.000,00	
ELEKEIROZ	Tradicional	NÃO	Não	Materiais Básicos	Privado	96,487	457.829.000,00	ANP
ELEKTRO	Tradicional	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Privado	99,678	6.453.521.000,00	ANEEL
ELETROPAR	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Sim	Utilidade Pública	Estatal Holding	83,71	243.351.000,00	ANEEL
ELETROPAULO	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	Pulverizado	14.270.404.000,00	Anaeeel
EMAE	Tradicional	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Estatal	38,993	1.245.025.000,00	ANEEL
EMBRAER	Novo Mercado	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado	Pulverizado	39.484.905.890,43	Anac
ECONORTE	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	99,996	Informação Indisponível	ANTT
ENCORPAR	Tradicional	SIM	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	80,98	292.255.000,00	
ENERSUL	Tradicional	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado	64,01	0,00	ANEEL
ENERGISA MT	Tradicional	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Privado	57,67	5.917.524.000,00	ANEEL
ENERGISA	N2	Vice no CA e Parentesco	Não	Utilidade Pública	Privado	30,06	22.048.356.000,00	Anaeeel
ENEVA	Novo Mercado	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado	Pulverizado	10.907.381.000,00	Anaeeel
ENGIE BRASIL	Novo Mercado	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Privado	68,71	19.568.513.095,82	Anaeeel
EQUATORIAL	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	Pulverizado	17.488.452.000,00	Anaeeel
ESTACIO PART	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	4.021.094.656,06	
ETERNIT	Novo Mercado	RJ	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	Pulverizado	563.622.000,00	
EUCATEX	N1	Vice no CA e Parentesco	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado	24,86	2.039.757.502,00	
EVEN	Novo Mercado	SIM	Não	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	4.729.858.549,26	
EXCELSIOR	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Sim	Consumo não Cíclico	Privado	Pulverizado	81.103.140,04	Anvisa
EZTEC	Novo Mercado	Parentesco	Sim	Consumo Cíclico	Privado	64,46	3.103.748,00	

(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Sector	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
FGENERGIA	Tradicional	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado Holding	99,999	Informação Indisponível	ANEEL
FER C ATLANT	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	99,999	5.310.576.953,31	
FER HERINGER	Novo Mercado	Vice no CA e Parentesco	Sim	Materiais Básicos	Privado	51,48	2.945.048.386,43	
FIBAM	Tradicional	SIM	Informação Indisponível	Materiais Básicos	Privado	51,347	Informação Indisponível	
FIBRIA	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado	58,50	38.693.331.000,00	
ALFA FINANC	Tradicional	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Privado	59,002	5.374.288.000,00	Bacen
FINANSINOS	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	Pulverizado	18.437.673,81	Bacen
FLEURY	Novo Mercado	NÃO	Sim	Saúde	Privado Holding	Pulverizado	3.527.332,00	ANS
FLEX S/A	BM	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	100	294.750.000,00	
FRAS-LE	N1	NÃO	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	51,16	1.366.163.206,69	
GAFISA	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Estrangeiro	Pulverizado	2.878.138.000,00	
GAIA AGRO	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	100	765.000,00	Bacen
GENERALSHOPP	Novo Mercado	Vice no CA e Parentesco	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado Holding	69,53	3.560.307.000,00	
GERDAU	N1	NÃO	Sim	Materiais Básicos	Privado	38,00	50.301.761.000,00	
GOL	N2	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado Holding	95,72	10.004.748.052,85	Anac
GPC PART	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado	23,725	809.693.000,00	ANP
GRAZZIOTIN	Tradicional	SIM	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	42,672	681.187.102,00	
GRENDENE	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado Holding	71,63	3.576.007.831,91	
GUARARAPES	Tradicional	Parentesco	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	82,749	7.981.777.140,79	
HAGA S/A	Tradicional	SIM	Não	Bens Industriais	Privado	24,241	58.833.883,00	
HAPVIDA	Novo Mercado	Parentesco	Não	Saúde	Privado Holding	78,27	2.614.945.000,00	ANS
HELBOR	Novo Mercado	Vice no CA e Parentesco	Não	Consumo Cíclico	Privado	54,21	4.968.060.000,00	
HERCULES	Tradicional	SIM	Não	Consumo Cíclico	Privado	47,523	8.593.206,31	
HOTEIS OTHON	Tradicional	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	540.448.094,85	
HYPERA	Novo Mercado	NÃO	Sim	Saúde	Privado	37,07	10.130.437.034,38	ANVISA
IDEIASNET	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	Pulverizado	55.248.292,37	Bacen
IGB S/A	Tradicional	RJ	Não	Financeiro e Outros	Privado	50,999	262.512.000,00	Bacen
IGUA SA	BM	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado Holding	84,18	1.808.289.799,43	ANA
IGUATEMI	Novo Mercado	Parentesco	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado	50,82	5.062.802.000,00	
J B DUARTE	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	16,83	142.704.836,00	Bacen

(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Sector	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
INDS ROMI	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	43,22	1.075.423.000,00	
INEPAR	Tradicional	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado	18,006	1.808.995.224,84	
IHPARDINI	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Saúde	Privado	64,84	1.152.628,00	ANS
INTER SA	BM	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	100	85.047.820,00	
IMC S/A	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	1.512.424.000,00	
INVEST BEMGE	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	86,812	213.902.000,00	Bacen
IOCHP-MAXION	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	7.922.248.000,00	
IRBBRASIL RE	Novo Mercado	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Privado	60,65	14.343.210.000,00	SUSEP
ITAPEBI	Tradicional	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado	42	Informação Indisponível	ANEEL
ITAUUNIBANCO	N1	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Privado	45,98	1.434.969.454.682,00	Bacen
ITAUSA	N1	Vice no CA	Sim	Financeiro e Outros	Privado Holding	34,42	65.578.000.000,00	Bacen
ITAUTEC	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Tecnologia da Informação	Privado Holding	98,926	73.683.000,00	
J.MACEDO	Tradicional	NÃO	Não	Consumo não Cíclico	Privado	96,613	1.509.340.000,00	Anvisa
JBS	Novo Mercado	Vice no CA	Sim	Consumo não Cíclico	Privado	40,64	11.500.924,00	ANVISA
JEREISSATI	Tradicional	Parentesco	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado Holding	60,033	5.117.295,00	Bacen
JHSF PART	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado Holding	70,06	4.466.181.000,00	
JOAO FORTES	Tradicional	SIM	Não	Consumo Cíclico	Privado	95,149	2.157.256.000,00	
JOSAPAR	Tradicional	Parentesco	Sim - NP	Consumo não Cíclico	Privado	54,826	1.712.639.000,00	Anvisa
JSL	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Bens Industriais	Privado Holding	66,84	11.500.924,00	ANTT
KARSTEN	Tradicional	Vice no CA	Não	Consumo Cíclico	Privado	85,63	322.720.064,85	
KEPLER WEBER	Tradicional	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado	Pulverizado	716.246.000,00	
KLABIN S/A	N2	NÃO	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado	20,04	30.549.541.000,00	
KROTON	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado Holding	Pulverizado	18.667.762.000,00	
LIBRA T RIO	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	100	Informação Indisponível	
LIGHT S/A	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	52,12	14.945.049.000,00	Anaeel
LIGHT	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	100	13.725.639.000,00	ANEEL
LINX	Novo Mercado	Vice no CA	Sim - NP	Tecnologia da Informação	Privado	17,47	1.564.024.380,56	
LIQ	Novo Mercado	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado Holding	Pulverizado	1.640.040.304,24	
LOCALIZA	Novo Mercado	Parentesco	Sim	Consumo Cíclico	Privado	23,61	11.186.234.000,00	
LOG-IN	Novo Mercado	Vice no CA	Sim	Bens Industriais	Privado	50,01	1.171.990.000,00	ANTAQ

(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Sector	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
LOJAS AMERIC	N1	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	40,46	27.536.383.661,72	
LOJAS HERING	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	86,414	53.546.087,51	Bacen
LOJAS RENNER	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	7.547.657.406,93	
LOPES BRASIL	Novo Mercado	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	Pulverizado	290.276.000,00	
LUPATECH	Novo Mercado	RJ	Não	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Privado	Pulverizado	575.280.282,29	ANP
M.DIASBRANCO	Novo Mercado	Parentesco	Não	Consumo não Cíclico	Privado	63,32	6.089.764.921,66	ANVISA
MAESTROLOC	BM	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	99,29	136.314.000,00	
MAGAZ LUIZA	Novo Mercado	Parentesco	Sim	Consumo Cíclico	Privado	63,26	7.419.513.000,00	
MAGNESITA SA	Novo Mercado	NÃO	Sim	Materiais Básicos	Privado	50,00	6.342.942.000,00	
METAL LEVE	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado	70,00	2.226.144.000,00	
MANGELS INDL	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado	35,72	336.697.312,73	
ESTRELA	Tradicional	SIM	Não	Consumo Cíclico	Privado	31,572	225.236.508,90	Inmetro
MARCOPOLO	N2	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado	20,12	4.732.252.000,00	ANTT
MARFRIG	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo não Cíclico	Privado	35,57	21.301.799.000,00	ANVISA
LOJAS MARISA	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	67,75	2.832.732.000,00	
MENDES JR	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	96,321	955.512.033,78	
MERC FINANC	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado	85,6	840.512.192,22	Bacen
METALFRIO	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	52,37	1.278.901.266,09	
METAL IGUACU	Tradicional	Parentesco	Não	Materiais Básicos	Privado	68,496	84.727.928,83	
GERDAU MET	N1	NÃO	Sim	Materiais Básicos	Privado Holding	Pulverizado	50.351.780.000,00	
RIOSULENSE	Tradicional	Parentesco	Não	Bens Industriais	Privado	73,129	197.804.828,44	
METISA	Tradicional	Vice no CA	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	38,7	272.047.245,00	
MGI PARTICIP	Tradicional	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Estatual	99,955	1.611.709.000,00	Bacen
MILLS	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	30,40	1.223.576.000,00	
MINASMAQUINA	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado Holding	82,01	175.517.079,00	
MINERVA	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo não Cíclico	Privado	27,87	11.905.325.000,00	ANVISA
MINUPAR	Tradicional	NÃO	Não	Consumo não Cíclico	Privado	38,292	171.925.000,00	Anvisa
MMX MINER	Novo Mercado	RJ	Não	Materiais Básicos	Privado	33,45	168.726.000,00	ANM
MONT ARANHA	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	74,719	1.628.691.000,00	Bacen
MOVIDA	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado Holding	64,09	4.006.470.000,00	

(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Sector	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
MRV	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	32,60	14.558.501.000,00	
MULTIPLAN	N2	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	49,64	8.644.402.000,00	
MULTIPLUS	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	72,74	1.721.500.000,00	
MUNDIAL	Tradicional	SIM	Não	Consumo Cíclico	Privado	30,377	977.888.781,83	
NADIR FIGUEI	Tradicional	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado	43,33	649.655.068,00	
NATURA	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo não Cíclico	Privado	59,83	14.957.461.654,87	
NORDON MET	Tradicional	SIM	Não	Bens Industriais	Privado	99,99	15.969.748,23	
NORTCQUIMICA	BM	NÃO	Não	Saúde	Privado	80	152.146.195,53	Anvisa
INTERMEDICA	Novo Mercado	NÃO	Não	Saúde	Privado	65,23	4.821.792.000,00	ANS
NUTRIPLANT	BM	Parentesco	Não	Materiais Básicos	Privado	74,889	69.662.000,00	Anvisa
OCTANTE SEC	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Estrangeiro	52	Informação Indisponível	Bacen
ODONTOPREV	Novo Mercado	NÃO	Sim	Saúde	Privado	50,01	1.389.567.861,05	ANS
OI	N1	NÃO	Sim	Telecomunicações	Privado	Pulverizado	68.639.036.000,00	Anatel
OGX PETROLEO	Novo Mercado	NÃO	Não	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Privado Holding	50,16	45.071.000,00	ANP
OMEGA GER	Novo Mercado	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado	61,84	3.905.772.000,00	Anaee
OSX BRASIL	Novo Mercado	RJ	Sim - NP	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Privado Holding	41,39	173.436.200,00	ANP
OURINVESTSEC	Tradicional	SIM	Não	Não Classificados	Privado	99,999	2.405.277,00	
OUROFINO S/A	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Saúde	Privado	56,31	810.228.914,00	
OURO VERDE	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Não	Não Classificados	Privado	89,999	1.967.584.000,00	
PACIFIC RDSL	Tradicional	SIM	Não	Saúde	Privado Holding	100	5.800.191.726,00	ANS
PANATLANTICA	Tradicional	NÃO	Não	Materiais Básicos	Privado	83,582	780.949.533,00	
PARANA	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	80,082	0,00	Bacen
PARANAPANEMA	Novo Mercado	NÃO	Sim	Materiais Básicos	Privado	Pulverizado	4.211.491.000,00	
PATRIA SEC	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado	100	23.615,72	Bacen
PORTOBELLO	Novo Mercado	Vice no CA	Sim	Bens Industriais	Privado	53,66	1.252.008.576,76	
PDG SECURIT	Tradicional	Não apresentou FR ano base 2017	Não apresentou FR ano base 2017	Financeiro e Outros	Privado	Não apresentou FR em 2017	Não apresentou FR em 2017	Bacen
PDG REALT	Novo Mercado	NÃO	Informação Indisponível	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	2.968.869.000,00	
PETRORIO	Novo Mercado	NÃO	Sim	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Privado Holding	Pulverizado	1.270.245.686,70	ANP
PETROBRAS BR	Novo Mercado	NÃO	Sim	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Estatal	71,25	23.762.000.000,00	ANP
PETROBRAS	N2	NÃO	Sim	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Estatal Holding	28,68	831.515.000.000,00	ANP

(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Sector	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
PETENATI	Tradicional	Vice no CA	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado Holding	33,459	422.858.379,00	
PLASCAR PART	Tradicional	Vice no CA	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	46,09	533.379.522,63	
POLO CAP SEC	Tradicional	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	100	1.350.000,00	Bacen
POLPAR	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	99,743	25.322.000,00	Bacen
POMIFRUTAS	Novo Mercado	RJ	Não	Consumo não Cíclico	Privado	65,01	0,00	ANVISA
PORTO SEGURO	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado	70,82	28.683.957.000,00	SUSEP
PORTO VM	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	100	Informação Indisponível	
POSITIVO TEC	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Tecnologia da Informação	Privado	70,72	1.733.859.000,00	
PRINER	BM	Não apresentou FR ano base 2017	Não apresentou FR ano base 2017	Bens Industriais	Privado	Não apresentou FR em 2017	Não apresentou FR em 2017	
PROFARMA	Novo Mercado	Vice no CA	Sim - NP	Saúde	Privado Holding	28,18	2.619.491.821,47	ANVISA
QGEP PART	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Privado Holding	70,00	3.938.545.502,36	ANP
QUALICORP	Novo Mercado	NÃO	Não	Saúde	Privado	Pulverizado	3.531.358.000,00	ANS
QUALITY SOFT	BM	Vice no CA	Não	Tecnologia da Informação	Privado	95,36	90.988.611,55	
RAIADROGASIL	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Saúde	Privado	35,95	6.464.249.000,00	ANVISA
RAIZEN ENERG	Tradicional	NÃO	Não	Consumo não Cíclico	Privado	47,292	Informação Indisponível	
RANDON PART	N1	Parentesco	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	41,61	4.970.681.383,37	
WTORRE PIC	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	100	Informação Indisponível	Bacen
RECRUSUL	Tradicional	SIM	Não	Bens Industriais	Privado	Pulverizado	37.470.453,82	
REDE ENERGIA	Tradicional	Vice no CA e Parentesco	Não	Utilidade Pública	Privado	56,89	14.925.113.000,00	ANEEL
PET MANGUINH	Tradicional	Vice no CA	Não	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Privado	65,01	615.361.650,00	ANP
RENOVA	N2	NÃO	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	68,97	2.929.337.000,00	Anaeeel
LE LIS BLANC	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	3.690.947.000,00	
AES SUL	Tradicional	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado	76,389	Informação Indisponível	ANEEL
RIO GDE ENER	Tradicional	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado	100	Informação Indisponível	ANEEL
GER PARANAP	Tradicional	SIM	Sim - NP	Utilidade Pública	Privado	94,28	4.509.694.000,00	ANEEL
RNI	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	61,36	1.160.096.000,00	
ROD COLINAS	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	100	Informação Indisponível	ANTT
ROSSI RESID	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado	23,62	3.840.052.719,86	
RUMO S.A.	Novo Mercado	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado Holding	28,47	26.229.516.000,00	
SALUS INFRA	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	99	431.591.586,95	

(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Setor	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
SANESALTO	Tradicional	SIM	Não	Utilidade Pública	Privado	50,05	59.469.568,87	ANA
SANSUY	Tradicional	NÃO	Informação Indisponível	Materiais Básicos	Privado	48,506	Informação Indisponível	
SANTHER	Tradicional	NÃO	Não	Materiais Básicos	Privado	Pulverizado	900.674.415,05	
STO ANTONIO	Tradicional	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Privado	100	23.417.000.000,00	ANEEL
SANTOS BRP	Novo Mercado	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado Holding	Pulverizado	2.764.690.077,08	
SAO CARLOS	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado	53,39	2.985.243.000,00	
SAO MARTINHO	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo não Cíclico	Privado	52,26	9.114.711.190,27	ANVISA
SPTURIS	Tradicional	Não consta informação de Presidente do C.A.	Sim	Consumo Cíclico	Estatual	96,301	285.123.963,02	
SARAIVA LIVR	N2	Parentesco	Sim	Consumo Cíclico	Privado	26,12	1.399.185.000,00	
SCHULZ	Tradicional	Vice no CA	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	37,049	1.077.513.410,59	
SENIOR SOL	Novo Mercado	NÃO	Não	Tecnologia da Informação	Privado	11,23	157.501.000,00	
SER EDUCA	Novo Mercado	Parentesco	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	53,19	2.507.874.000,00	
ALIPERTI	Tradicional	Parentesco	Não	Consumo não Cíclico	Privado	52,67	421.997.000,00	
SLC AGRICOLA	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo não Cíclico	Privado	52,96	5.293.684.987,97	ANVISA
SMART FIT	BM 2	SIM	Não	Consumo Cíclico	Privado	77,554	1.945.327.000,00	
SMILES	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	52,67	2.170.910.943,48	
SOMOS EDUCA	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado Holding	74,79	3.749.169.000,00	
SIERRABRASIL	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Financeiro e Outros	Privado Holding	66,65	5.325.661.000,00	
SONDOTECNICA	Tradicional	SIM	Sim	Bens Industriais	Privado	54,16	80.139.032,79	
SPRINGER	Tradicional	Vice no CA e Parentesco	Não	Financeiro e Outros	Privado	87,434	48.929.000,00	Bacen
SPRINGS	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado Holding	52,92	2.721.418.000,00	
STARA	BM	SIM	Sim	Bens Industriais	Privado Holding	89,42	624.013.000,00	
STATKRAFT	Tradicional	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Privado Holding	62,615	1.470.224.000,00	ANEEL
SUL AMERICA	N2	NÃO	Não	Financeiro e Outros	Privado Holding	27,34	23.449.518.000,00	SUSEP
SUZANO HOLD	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado	71,789	28.645.797.000,00	
SUZANO PAPEL	Novo Mercado	NÃO	Sim	Materiais Básicos	Privado	50,80	28.522.982.000,00	
TIME FOR FUN	Novo Mercado	Vice no CA	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	47,52	697.484.493,84	
TARPON INV	Novo Mercado	NÃO	Sim	Financeiro e Outros	Privado Holding	67,13	64.456.703,49	
FORJA TAURUS	N2	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado	66,93	768.958,00	
TCP TERMINAL	Tradicional	NÃO	Não	Não Classificados	Privado	100	Informação Indisponível	



(continuação)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Sector	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
TECTOY	Tradicional	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	95,827	15.669.707,08	Inmetro
TECHNOS	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	714.867.000,00	
TECNISA	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	48,10	2.319.137.000,00	
TECNOSOLO	Tradicional	Não apresentou FR ano base 2017	Não apresentou FR ano base 2017	Bens Industriais	Privado	Não apresentou FR em 2017	Não apresentou FR em 2017	
TEGMA	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Bens Industriais	Privado	52,43	837.851.000,00	
TEKA	Tradicional	RJ	RJ	Consumo Cíclico	Privado	49,5	0,00	
TEKNO	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado	48,973	202.243.168,41	
TELEBRAS	Tradicional	NÃO	Sim	Telecomunicações	Estatual	87,292	3.425.225.708,02	Anatel
TELEF BRASIL	Tradicional	SIM	Sim	Telecomunicações	Privado	73,58	101.382.835.438,05	Anatel
TERM. PE III	Tradicional	SIM	Não	Utilidade Pública	Privado	100	527.048.369,38	ANEEL
TERMOPE	Tradicional	NÃO	Não	Utilidade Pública	Privado	100	Informação Indisponível	ANEEL
TERRA SANTA	Novo Mercado	NÃO	Sim	Consumo não Cíclico	Privado	Pulverizado	2.222.458.540,79	
TEX RENAUX	Tradicional	SIM	Sim - NP	Consumo Cíclico	Privado	42,6	178.094.828,87	
TIM PART S/A	Novo Mercado	NÃO	Sim	Telecomunicações	Privado	66,58	32.600.365.336,47	Anatel
TOTVS	Novo Mercado	NÃO	Não	Tecnologia da Informação	Privado	Pulverizado	2.493.624.898,34	
TRIUNFO PART	Novo Mercado	NÃO	Sim - NP	Bens Industriais	Privado Holding	56,95	4.589.036.000,00	
TAESA	N2	NÃO	Sim	Utilidade Pública	Privado	36,55	8.256.448.000,00	Anaeeel
TREVISA	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	Pulverizado	186.390.000,00	Antaq
TRIANGULOSOL	Tradicional	NÃO	Não	Bens Industriais	Privado	100	Informação Indisponível	ANTT
TRISUL	Novo Mercado	Vice no CA	Não	Consumo Cíclico	Privado	63,27	939.490.000,00	
TUPY	Novo Mercado	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado	54,22	4.609.156.000,00	
ULTRAPAR	Novo Mercado	NÃO	Não	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Privado Holding	Pulverizado	28.340.322.000,00	ANP
UNICASA	Novo Mercado	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	55,65	216.362.629,25	
UNIDAS	Tradicional	NÃO	Não	Consumo Cíclico	Privado	100	2.911.139.000,00	
UNIPAR	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Materiais Básicos	Privado	21,431	3.466.377.367,42	
USIMINAS	N1	NÃO	Sim	Materiais Básicos	Privado	44,26	25.984.477.000,00	
VALE	Novo Mercado	NÃO	Sim	Materiais Básicos	Privado	38,46	328.097.000.000,00	ANM
VALID	Novo Mercado	NÃO	Sim	Bens Industriais	Estrangeiro	Pulverizado	2.059.765.000,00	
VERTICASEC	Tradicional	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	100	1.283.000,00	Bacen
VIAVAREJO	N2	NÃO	Sim	Consumo Cíclico	Privado	43,24	19.931.000.000,00	

(conclusão)

Empresa - Sigla	Segmento - B3	Dualidade de CEO ou conflitos de interesses	Conselho Fiscal	Setor	Controle acionário	% Concentração de capital pelo Controlador	Ativo Total (R\$) - 2017	Órgão Regulador
VIVER	Novo Mercado	RJ	Sim	Consumo Cíclico	Privado	Pulverizado	0,00	
VULCABRAS	Novo Mercado	Vice no CA e Parentesco	Sim	Consumo Cíclico	Privado	61,93	1.120.485.000,00	
WEG	Novo Mercado	NÃO	Sim	Bens Industriais	Privado Holding	64,54	13.985.987.000,00	
WETZEL S/A	Tradicional	RJ	RJ	Bens Industriais	Privado	45,611	0,00	
WHIRLPOOL	Tradicional	SIM	Sim - NP	Consumo Cíclico	Estrangeiro Holding	98,09	6.852.312,00	Inmetro
WIZ S.A.	Novo Mercado	SIM	Não	Financeiro e Outros	Privado	51,94	612.190.340,00	SUSEP
WLM IND COM	Tradicional	NÃO	Sim - NP	Bens Industriais	Privado Holding	0,311	473.834.350,71	

## APÊNDICE B – RAZÃO SOCIAL DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3

(continua)

Empresa - Sigla	Razão Social
ADVANCED-DH	ADVANCED DIGITAL HEALTH MEDICINA PREVENTIVA S.A.
AES TIETE E	AES TIETE ENERGIA SA
AFLUENTE T	AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A
ALFA HOLDING	ALFA HOLDINGS S.A.
ALGAR TELECOM	ALGAR TELECOM S/A
ALIANSCCE	ALIANSCCE SHOPPING CENTERS S.A.
ALPARGATAS	ALPARGATAS S.A.
ALTERE SEC	ALTERE SECURITIZADORA S.A.
ALUPAR	ALUPAR INVESTIMENTO S/A
NOROESTE	AMALFI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
AMBEV S/A	AMBEV S.A.
AMPLA ENERG	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.
ANIMA	ANIMA HOLDING S.A.
APICESECURIT	APICE SECURITIZADORA S.A.

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
AREZZO CO	AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CARREFOUR BR	ATACADÃO S.A.
ATOMPAR	ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
AZEVEDO	AZEVEDO E TRAVASSOS S.A.
AZUL	AZUL S.A.
B2W DIGITAL	B2W - COMPANHIA DIGITAL
B3	B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO
BAHEMA	BAHEMA S.A.
BANCO INTER	BANCO INTER S.A.
BANESTES	BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO
VEROBANRISUL	BANRISUL CARTÕES S.A.
BARDELLA	BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECANICAS
BATTISTELLA	BATTISTELLA ADM PARTICIPACOES S.A.
BAUMER	BAUMER S.A.
BBSEGURIDADE	BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
ABC BRASIL	BCO ABC BRASIL S.A.
ALFA INVEST	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.
AMAZONIA	BCO AMAZONIA S.A.
BRADERSCO	BCO BRADESCO S.A.
BRASIL	BCO BRASIL S.A.
BTGP BANCO	BCO BTG PACTUAL S.A.
BANESE	BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
BANPARA	BCO ESTADO DO PARA S.A.
BANRISUL	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
INDUSVAL	BCO INDUSVAL S.A.
MERC INVEST	BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.
MERC BRASIL	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
NORD BRASIL	BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.
BANCO PAN	BCO PAN S.A.
PINE	BCO PINE S.A.
SANTANDER BR	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BETA SECURIT	BETA SECURITIZADORA S.A.
BIC MONARK	BICICLETAS MONARK S.A.
BIOMM	BIOMM S.A.
BIOSEV	BIOSEV S.A.
BK BRASIL	BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES SA
BOMBRIL	BOMBRIL S.A.
BR HOME	BR HOME CENTERS S.A.
BR INSURANCE	BR INSURANCE CORRETORA DE SEGUROS S.A.
BR MALLS PAR	BR MALLS PARTICIPACOES S.A.
BR PROPERT	BR PROPERTIES S.A.
BRADESCO LSG	BRADESCO LEASING S.A. ARREND MERCANTIL
BRADESPAR	BRADESPAR S.A.
BR BROKERS	BRASIL BROKERS PARTICIPACOES S.A.

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
BR PHARMA	BRASIL PHARMA S.A.
BRASILAGRO	BRASILAGRO - CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS
BRASKEM	BRASKEM S.A.
BRAZIL REALT	BRAZIL REALTY CIA SECURIT. CRÉD. IMOBILIÁRIOS
BRAZILIAN FR	BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.
BRAZILIAN SC	BRAZILIAN SECURITIES CIA SECURITIZACAO
BRB BANCO	BRB BCO DE BRASILIA S.A.
BRC SECURIT	BRC SECURITIZADORA S.A.
BRF SA	BRF S.A.
BRPR 55 SEC	BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.
BRPR 56 SEC	BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.
BRQ	BRQ SOLUCOES EM INFORMATICA S.A.
BV LEASING	BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
CAMBUCI	CAMBUCI S.A.
CAMIL	CAMIL ALIMENTOS S.A.
CCR SA	CCR S.A.
CCX CARVAO	CCX CARVÃO DA COLÔMBIA S.A.
CELUL IRANI	CELULOSE IRANI S.A.
CEMEPE	CEMEPE INVESTIMENTOS S.A.
CEMIG DIST	CEMIG DISTRIBUICAO S.A.
CEMIG GT	CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.
ELETRONBRAS	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETRONBRAS

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
CELESC	CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.
CELPA	CENTRAIS ELET DO PARA S.A. - CELPA
ALLIAR	CENTRO DE IMAGEM DIAGNOSTICOS S.A.
CESP	CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO
P.ACUCAR-CBD	CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
CASAN	CIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAM.-CASAN
CELGP	CIA CELG DE PARTICIPACOES - CELGP
CEG	CIA DISTRIB DE GAS DO RIO DE JANEIRO-CEG
COELBA	CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA
CEB	CIA ENERGETICA DE BRASILIA
CEMIG	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
CELPE	CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE
COELCE	CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE
COSERN	CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN
CEEE-D	CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D
CEEE-GT	CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT
FERBASA	CIA FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA
CEDRO	CIA FIACAO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA
COMGAS	CIA GAS DE SAO PAULO - COMGAS
HABITASUL	CIA HABITASUL DE PARTICIPACOES
CIA HERING	CIA HERING
IND CATAGUAS	CIA INDUSTRIAL CATAGUASES

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
LOCAMERICA	CIA LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
MELHOR SP	CIA MELHORAMENTOS DE SAO PAULO
COPEL	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
PAR AL BAHIA	CIA PARTICIPACOES ALIANCA DA BAHIA
PAUL F LUZ	CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ
CPFL PIRATIN	CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ
SABESP	CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO
COPASA	CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG
SANEPAR	CIA SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR
SEG AL BAHIA	CIA SEGUROS ALIANCA DA BAHIA
SID NACIONAL	CIA SIDERURGICA NACIONAL
COTEMINAS	CIA TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS
SANTANENSE	CIA TECIDOS SANTANENSE
CIELO	CIELO S.A.
CIMS	CIMS S.A.
CINESYSTEM	CINESYSTEM S.A.
CONC RAPOSO	CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
ECOVIAS	CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.
ECOPISTAS	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.-ECOPISTAS
VIAOESTE	CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A
ROD TIETE	CONC RODOVIAS DO TIETÊ S.A.
RT BANDEIRAS	CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
AUTOBAN	CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN
ODERICH	CONSERVAS ODERICH S.A.
ALFA CONSORC	CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.
CONST A LIND	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
TENDA	CONSTRUTORA TENDA S.A.
COR RIBEIRO	CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDUSTRIA
COSAN LOG	COSAN LOGISTICA S.A.
COSAN	COSAN S.A.
CPFL ENERGIA	CPFL ENERGIA S.A.
CPFL RENOVAV	CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CPFL GERACAO	CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.
CR2	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
CREMER	CREMER S.A.
CRISTAL	CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A.
CSU CARDSYST	CSU CARDSYSTEM S.A.
CTC S.A.	CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.
TRAN PAULIST	CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
CVC BRASIL	CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.
CYRELA REALT	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART
CYRE COM-CCP	CYRELA COMMERCIAL PROPERT S.A. EMPR PART
DASA	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.
DIBENS LSG	DIBENS LEASING S.A. - ARREND.MERCANTIL



(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
DIMED	DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
DIRECIONAL	DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.
DOHLER	DOHLER S.A.
DOMMO	DOMMO ENERGIA S.A.
DTCOM-DIRECT	DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.
DURATEX	DURATEX S.A.
ECON	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.
ECORODOVIAS	ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.
ENERGIAS BR	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
ESCELSA	EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
EBE	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
ACO ALTONA	ELECTRO ACO ALTONA S.A.
ELEKEIROZ	ELEKEIROZ S.A.
ELEKTRO	ELEKTRO REDES S.A.
ELETROPAR	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR
ELETROPAULO	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.
EMAE	EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.
EMBRAER	EMBRAER S.A.
ECONORTE	EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A.ECONORTE
ENCORPAR	EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A.ENCORPAR
ENERSUL	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DIST DE ENERGIA S.A.
ENERGISA MT	ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
ENERGISA	ENERGISA S.A.
ENEVA	ENEVA S.A.
ENGIE BRASIL	ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
EQUATORIAL	EQUATORIAL ENERGIA S.A.
ESTACIO PART	ESTACIO PARTICIPACOES S.A.
ETERNIT	ETERNIT S.A.
EUCATEX	EUCATEX S.A. INDUSTRIA E COMERCIO
EVEN	EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
EXCELSIOR	EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.
EZTEC	EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPACOES S.A.
FGENERGIA	FERREIRA GOMES ENERGIA S.A.
FER C ATLANT	FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.
FER HERINGER	FERTILIZANTES HERINGER S.A.
FIBAM	FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL
FIBRIA	FIBRIA CELULOSE S.A.
ALFA FINANC	FINANCEIRA ALFA S.A.- CRED FINANC E INVS
FINANSINOS	FINANSINOS S.A.- CREDITO FINANC E INVEST
FLEURY	FLEURY S.A.
FLEX S/A	FLEX GESTÃO DE RELACIONAMENTOS S.A.
FRAS-LE	FRAS-LE S.A.
GAFISA	GAFISA S.A.
GAIA AGRO	GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
GENERALSHOPP	GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
GERDAU	GERDAU S.A.
GOL	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.
GPC PART	GPC PARTICIPACOES S.A.
GRAZZIOTIN	GRAZZIOTIN S.A.
GRENDENE	GRENDENE S.A.
GUARARAPES	GUARARAPES CONFECCOES S.A.
HAGA S/A	HAGA S.A. INDUSTRIA E COMERCIO
HAPVIDA	HAPVIDA PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS SA
HELBOR	HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.
HERCULES	HERCULES S.A. FABRICA DE TALHERES
HOTEIS OTHON	HOTEIS OTHON S.A.
HYPERA	HYPERA S.A.
IDEIASNET	IDEIASNET S.A.
IGB S/A	IGB ELETRÔNICA S/A
IGUA SA	IGUA SANEAMENTO S.A.
IGUATEMI	IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A
J B DUARTE	INDUSTRIAS J B DUARTE S.A.
INDS ROMI	INDUSTRIAS ROMI S.A.
INEPAR	INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUCOES
IHPARDINI	INSTITUTO HERMES PARDINI S.A.
INTER SA	INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
IMC S/A	INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTACAO S.A.
INVEST BEMGE	INVESTIMENTOS BEMGE S.A.
IOCHP-MAXION	IOCHPE MAXION S.A.
IRBBRASIL RE	IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.
ITAPEBI	ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA S.A.
ITAUUNIBANCO	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
ITAUSA	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.
ITAUTEC	ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC
J.MACEDO	J. MACEDO S.A.
JBS	JBS S.A.
JEREISSATI	JEREISSATI PARTICIPACOES S.A.
JHSF PART	JHSF PARTICIPACOES S.A.
JOAO FORTES	JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.
JOSAPAR	JOSAPAR-JOQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP
JSL	JSL S.A.
KARSTEN	KARSTEN S.A.
KEPLER WEBER	KEPLER WEBER S.A.
KLABIN S/A	KLABIN S.A.
KROTON	KROTON EDUCACIONAL S.A.
LIBRA T RIO	LIBRA TERMINAL RIO S.A.
LIGHT S/A	LIGHT S.A.
LIGHT	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
LINX	LINX S.A.
LIQ	LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.
LOCALIZA	LOCALIZA RENT A CAR S.A.
LOG-IN	LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.
LOJAS AMERIC	LOJAS AMERICANAS S.A.
LOJAS HERING	LOJAS HERING S.A.
LOJAS RENNER	LOJAS RENNER S.A.
LOPES BRASIL	LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.
LUPATECH	LUPATECH S.A.
M.DIASBRANCO	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS
MAESTROLOC	MAESTRO LOCADORA DE VEICULOS S.A.
MAGAZ LUIZA	MAGAZINE LUIZA S.A.
MAGNESITA SA	MAGNESITA REFRATARIOS S.A.
METAL LEVE	MAHLE-METAL LEVE S.A.
MANGELS INDL	MANGELS INDUSTRIAL S.A.
ESTRELA	MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.
MARCOPOLO	MARCOPOLO S.A.
MARFRIG	MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
LOJAS MARISA	MARISA LOJAS S.A.
MENDES JR	MENDES JUNIOR ENGENHARIA S.A.
MERC FINANC	MERCANTIL BRASIL FINANC S.A. C.F.I.
METALFRIO	METALFRIO SOLUTIONS S.A.

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
METAL IGUACU	METALGRAFICA IGUACU S.A.
GERDAU MET	METALURGICA GERDAU S.A.
RIOSULENSE	METALURGICA RIOSULENSE S.A.
METISA	METISA METALURGICA TIMBOENSE S.A.
MGI PARTICIP	MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.
MILLS	MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.
MINASMAQUINA	MINASMAQUINAS S.A.
MINERVA	MINERVA S.A.
MINUPAR	MINUPAR PARTICIPACOES S.A.
MMX MINER	MMX MINERACAO E METALICOS S.A.
MONT ARANHA	MONTEIRO ARANHA S.A.
MOVIDA	MOVIDA PARTICIPACOES SA
MRV	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.
MULTIPLAN	MULTIPLAN - EMPREEND IMOBILIARIOS S.A.
MULTIPLUS	MULTIPLUS S.A.
MUNDIAL	MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO
NADIR FIGUEI	NADIR FIGUEIREDO IND E COM S.A.
NATURA	NATURA COSMETICOS S.A.
NORDON MET	NORDON INDUSTRIAS METALURGICAS S.A.
NORTCQUIMICA	NORTEC QUÍMICA S.A.
INTERMEDICA	NOTRE DAME INTERMEDICA PARTICIPACOES SA
NUTRIPLANT	NUTRIPLANT INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
OCTANTE SEC	OCTANTE SECURITIZADORA S.A.
ODONTOPREV	ODONTOPREV S.A.
OI	OI S.A.
OGX PETROLEO	ÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A.
OMEGA GER	OMEGA GERAÇÃO S.A.
OSX BRASIL	OSX BRASIL S.A.
OURINVESTSEC	OURINVEST SECURITIZADORA SA
OUROFINO S/A	OURO FINO SAUDE ANIMAL PARTICIPACOES S.A.
OURO VERDE	OURO VERDE LOCACAO E SERVICO S.A.
PACIFIC RDSL	PACIFIC RDSL PARTICIPAÇÕES S.A.
PANATLANTICA	PANATLANTICA S.A.
PARANA	PARANA BCO S.A.
PARANAPANEMA	PARANAPANEMA S.A.
PATRIA SEC	PATRIA CIA SECURITIZADORA DE CRED IMOB
PORTOBELLO	PBG S/A
PDG SECURIT	PDG COMPANHIA SECURITIZADORA
PDG REALT	PDG REALTY S.A. EMPREENDE E PARTICIPACOES
PETRORIO	PETRO RIO S.A.
PETROBRAS BR	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
PETROBRAS	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS
PETTENATI	PETTENATI S.A. INDUSTRIA TEXTIL
PLASCAR PART	PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
POLO CAP SEC	POLO CAPITAL SECURITIZADORA S.A
POLPAR	POLPAR S.A.
POMIFRUTAS	POMIFRUTAS S/A
PORTO SEGURO	PORTO SEGURO S.A.
PORTO VM	PORTO SUDESTE V.M. S.A.
POSITIVO TEC	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
PRINER	PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
PROFARMA	PROFARMA DISTRIB PROD FARMACEUTICOS S.A.
QGEP PART	QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
QUALICORP	QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.
QUALITY SOFT	QUALITY SOFTWARE S.A.
RAIADROGASIL	RAIA DROGASIL S.A.
RAIZEN ENERG	RAIZEN ENERGIA S.A.
RANDON PART	RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES
WTORRE PIC	REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.
RECRUSUL	RECRUSUL S.A.
REDE ENERGIA	REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
PET MANGUINH	REFINARIA DE PETROLEOS MANGUINHOS S.A.
RENOVA	RENOVA ENERGIA S.A.
LE LIS BLANC	RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A.
AES SUL	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
RIO GDE ENER	RIO GRANDE ENERGIA S.A.



(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
GER PARANAP	RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.
RNI	RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
ROD COLINAS	RODOVIAS DAS COLINAS S.A.
ROSSI RESID	ROSSI RESIDENCIAL S.A.
RUMO S.A.	RUMO S.A.
SALUS INFRA	SALUS INFRAESTRUTURA PORTUARIA SA
SANESALTO	SANESALTO SANEAMENTO S.A.
SANSUY	SANSUY S.A. INDUSTRIA DE PLASTICOS
SANTHER	SANTHER FAB DE PAPEL STA THEREZINHA S.A.
STO ANTONIO	SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
SANTOS BRP	SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.
SAO CARLOS	SAO CARLOS EMPREEND E PARTICIPACOES S.A.
SAO MARTINHO	SAO MARTINHO S.A.
SPTURIS	SAO PAULO TURISMO S.A.
SARAIVA LIVR	SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES
SCHULZ	SCHULZ S.A.
SENIOR SOL	SENIOR SOLUTION S.A.
SER EDUCA	SER EDUCACIONAL S.A.
ALIPERTI	SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.
SLC AGRICOLA	SLC AGRICOLA S.A.
SMART FIT	SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.
SMILES	SMILES FIDELIDADE S.A.

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
SOMOS EDUCA	SOMOS EDUCAÇÃO S.A.
SIERRABRASIL	SONAE SIERRA BRASIL S.A.
SONDOTECNICA	SONDOTECNICA ENGENHARIA SOLOS S.A.
SPRINGER	SPRINGER S.A.
SPRINGS	SPRINGS GLOBAL PARTICIPACOES S.A.
STARA	STARA S.A. - INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
STATKRAFT	STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
SUL AMERICA	SUL AMERICA S.A.
SUZANO HOLD	SUZANO HOLDING S.A.
SUZANO PAPEL	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
TIME FOR FUN	T4F ENTRETENIMENTO S.A.
TARPON INV	TARPON INVESTIMENTOS S.A.
FORJA TAURUS	TAURUS S.A.
TCP TERMINAL	TCP TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA SA
TECTOY	TEC TOY S.A.
TECHNOS	TECHNOS S.A.
TECNISA	TECNISA S.A.
TECNOSOLO	TECNOSOLO ENGENHARIA S.A.
TEGMA	TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.
TEKA	TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.
TEKNO	TEKNO S.A. - INDUSTRIA E COMERCIO
TELEBRAS	TELEC BRASILEIRAS S.A. TELEBRAS

(continuação)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
TELEF BRASIL	TELEFÔNICA BRASIL S.A
TERM. PE III	TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
TERMOPE	TERMOPERNAMBUCO S.A.
TERRA SANTA	TERRA SANTA AGRO S.A.
TEX RENAUX	TEXTIL RENAUXVIEW S.A.
TIM PART S/A	TIM PARTICIPACOES S.A.
TOTVS	TOTVS S.A.
TRIUNFO PART	TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.
TAESA	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
TREVISA	TREVISA INVESTIMENTOS S.A.
TRIANGULOSOL	TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A.
TRISUL	TRISUL S.A.
TUPY	TUPY S.A.
ULTRAPAR	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.
UNICASA	UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.
UNIDAS	UNIDAS S.A.
UNIPAR	UNIPAR CARBOCLORO S.A.
USIMINAS	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS
VALE	VALE S.A.
VALID	VALID SOLUÇÕES S.A.
VERTCIASEC	VERT COMPANHIA SECURITIZADORA
VIAVAREJO	VIA VAREJO S.A.

(conclusão)

<b>Empresa - Sigla</b>	<b>Razão Social</b>
VIVER	VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.
VULCABRAS	VULCABRAS/AZALEIA S.A.
WEG	WEG S.A.
WETZEL S/A	WETZEL S.A.
WHIRLPOOL	WHIRLPOOL S.A.
WIZ S.A.	WIZ SOLUÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.
WLM IND COM	WLM PART. E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.